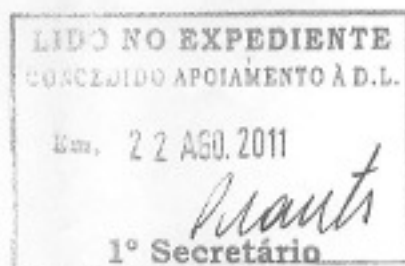




OF/CTL/CC nº 2026 /2011

Curitiba, 18 de agosto de 2011

PROPOSIÇÃO
VETO Nº 023/11

- I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 22 de agosto de 2011

Presidente em exercício

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 097/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 392/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos. "

O Projeto de Lei nº 392/11, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por escopo dispor sobre normas para compras públicas pelo sistema "Registro de Preço", no qual o administrador público que optar por tal sistema, visando aquisição de bens e serviços, deverá, obrigatoriamente, adquirir no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) dos bens definidos e estimados no processo de compra, exceto se houverem motivos justificados a fim de que comprovem a boa fé. Caso contrário, fica o administrador sujeito às sanções cabíveis pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo de medidas legais no âmbito civil.

Antes de tudo, faz-se necessário analisar os aspectos formais do presente projeto, a começar pela competência legislativa.

A Constituição Federal estabelece que:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (grifos nossos)

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.nº 11.132.819-6



Por sua vez, o artigo 24, § 2º, da Constituição Federal, outorga aos Estados-membros a competência legislativa de complementar as referidas normas gerais por regras específicas. Vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Assim, somente por Lei Federal, de competência legislativa da União Federal e de aplicação em todo o território brasileiro, podem ser fixadas normas gerais sobre licitações. Aos Estados-membros compete apenas tratar de normas específicas.

É o que ocorre tanto com a Lei Federal nº 8.666/93, a qual estabelece normas gerais sobre licitações, como a Lei Estadual nº 15.608/07, que estabelece normas especiais sobre licitação no âmbito da Administração Pública do Paraná (além de repetir normas gerais da lei federal).

Além das supracitadas alegações, observa-se que a referida propositura afronta leis existentes, as quais apresentam legislação contrária ao pretendido, tanto de âmbito Federal, Lei nº 8.666/93, quanto de âmbito Estadual, Lei nº 15.608/07. Vejamos:

Artigo 15, Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.



§ 2 Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3 O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5 O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

§ 7 Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

§ 8 O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 desta Lei, para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros.

(grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 23 da Lei Estadual nº

15.608/07:

Art. 23. O sistema de registro de preços, será utilizado pela Administração para aquisição de bens ou contratação de serviços de menor complexidade técnica (...)

§ 5º. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.



(grifos nossos)

Diante do exposto, observa-se claramente que as normas supracitadas estabelecem a não obrigatoriedade por parte da administração de firmar contratação com as pessoas e/ou empresas selecionadas pelo procedimento de registro de preço, justamente o que o referido projeto visa alterar, tornando obrigatória a aquisição de, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) dos bens definidos e estimados.

No que diz respeito as características básicas do sistema registro de preços, vale ainda ressaltar, segundo as palavras de Marçal Justen Filho, que "no sistema registro de preços a Administração promove licitação, na modalidade de concorrência ou pregão, visando selecionar produtos e serviços e respectivos fornecedores. Os interessados formulam suas propostas. Selecionados os vencedores, é firmado um instrumento de cunho normativo (conhecido como ata de registro de preços). A partir daí, a **Administração contratará na medida de sua conveniência**, respeitadas as condições predeterminadas no registro de preços."¹

Desta forma, se esclarece que o presente Projeto de Lei descaracterizará a essência do Sistema de Registro de Preços, vez que pretende afastar uma de suas principais características, que é a formação de banco de dados de preços para Administração e não impor obrigatoriedade de contratação de serviços e bens.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO

1 JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, 7ª ed. Belo Horizonte, Fórum, 2011, p.517-518 (grifos nossos)



Projeto de Lei nº 392/11
(Autoria do Deputado Nelson Justus)

Dispõe sobre normas para as compras públicas pelo sistema "Registro de Preço", na forma que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º O administrador público que adotar o "Sistema de Registro de Preços", visando a aquisição de bens e de serviços, deverá adquirir no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) dos bens definidos e estimados no processo de compra, salvo por motivo devidamente justificado, expondo as razões de fato e de direito, a fim de que seja comprovada a boa fé.

Art. 2º No caso do não cumprimento do disposto no artigo anterior, fica a Administração Pública sujeita às sanções cabíveis pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo de medidas legais no âmbito civil.

Art. 3º Estão sujeitos à aplicação desta Lei, todos os órgãos públicos afetos ao controle e fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de julho de 2011.

VALDIR ROSSONI
Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

RENIPEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 023/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 023/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 2026/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 392/11, de autoria do Deputado Nelson Justus, que dispõe sobre normas para as compras públicas pelo sistema "registro de preço", na forma que especifica.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 392/11, de autoria do Deputado Nelson Justus que, dispõe sobre normas para as compras públicas pelo sistema "Registro de Preço", na forma que especifica, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVAGA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 392/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **01 de agosto de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 023/11, foi encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **22 de agosto de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

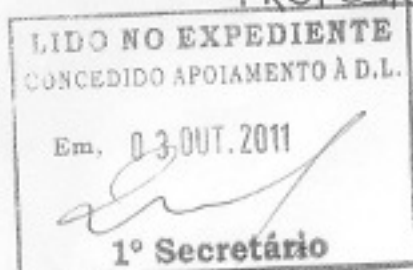


OF/CTL/CC nº 2793 /2011

Curitiba, 29 de setembro de 2011



PROPOSTA VETO Nº 27/11



Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 29/09/2011

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 127/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 263/2011, tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas e Rodagem, considerando-o inexecuível e, portanto, contrário ao interesse público, ressaltando as dificuldades operacionais que impedem a materialização dos direitos formais pretendidos pela mencionada Lei, bem como sugerindo a instituição de uma comissão especial para tratar da alteração proposta, bem como da revisão de toda legislação referente a gratuidade, em função de aspectos/problemas detectados após o início da isenção tarifária.

Oportuno salientar, inicialmente, que a propositura do nobre parlamentar não é inovadora, ou ao menos trará novos e maiores benefícios aos deficientes, haja vista que o transporte gratuito às pessoas com deficiências é uma realidade em solo paranaense, sendo que a Lei nº 15.051/2006, que modificou a Lei nº 11.911/1997, disciplina tal modalidade.

Outrossim, não podemos olvidar que, embora a Lei nº 15.051, de 17 de abril de 2006, tenha sido promulgada por esta Casa de Leis, depois de ter sido vetada pelo então Governador do Estado e devolvida sem sanção, a mesma é evidentemente inexecuível e, portanto, contrária ao interesse público.

Ademais, não bastasse ser contrária ao interesse público, a Lei nº 15.051/2006 é evidentemente inconstitucional, haja vista que vem em desconformidade com o princípio da harmonia dos poderes estabelecidos na Constituição Estadual, vez que o Poder Legislativo não possui competência para tal propositura, no que tange as atribuições de órgãos da Administração Pública, cabendo única e exclusivamente ao Executivo, na pessoa do Governador do Estado. Senão Vejamos:

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. nº 11.220.036-3.



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Nada obstante, vejamos o disposto no artigo 2º da Constituição Federal:

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Assim, em que pese ter sido promulgada, a Lei nº 15.051/2006 é evidentemente inconstitucional por vício de iniciativa. Sendo assim, não é porque a norma anterior eivada de vício formal ganhou eficácia, que devemos cometer o mesmo equívoco.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 263/11
(Autoria do Deputado Professor Lemos)

Altera o § 3º do artigo 1º da Lei nº 15.051/06, que modifica a Lei nº 11.191, de 01 de dezembro de 1997 e dá outras providências. (Transporte Gratuito às Pessoas com Deficiência).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º O § 3º do artigo 1º da Lei nº 15.051, de 17 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)


§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º Os interessados no benefício desta Lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de 6 (seis) horas, nos casos de linhas de transporte coletivo que atendam municípios além das regiões metropolitanas”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 31 de agosto de 2011.


Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Presidente, em exercício


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 027/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 027/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 2793/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 263/11, de autoria do Deputado Professor Lemos, que altera §3º ao artigo 1º da Lei 15.051/06 que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 263/11, de autoria do Deputado Professor Lemos que, altera §3º ao artigo 1º da Lei 15.051/06 que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 263/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 06 de setembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 027/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 29 de setembro de 2011, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



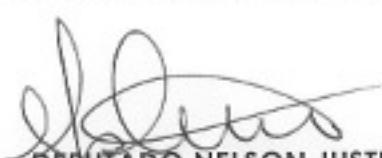
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JÚNIOR
RELATOR



PROPOSIÇÃO VETO Nº 29/11

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 10/10/2011

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 138/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 374/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 374/2011, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por escopo instituir no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia da Paz e da Conciliação", a ser comemorado anualmente na data de 22 de julho.

Primeiramente, oportuno salientar a existência da Lei Estadual nº 13.638 de 25 de junho de 2002, a qual instituiu o "Dia Estadual da Cultura e da Paz". Vejamos:

Lei 13638 - 25 de Junho de 2002

Publicado no Diário Oficial nº. 6258 de 26 de Junho de 2002

Súmula: Institui o "Dia Estadual da Cultura e da Paz" e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o dia vinte e cinco de julho do calendário gregoriano como "Dia Estadual da Cultura e da Paz" e por esta lei é adotada como seu símbolo a "Bandeira da Paz".

Art. 2º. No dia vinte e cinco de julho de cada ano, em todo Estado do Paraná, haverá a realização de atividades artísticas, científicas, culturais e religiosas, com uma grande confraternização.

Art. 3º. As repartições públicas, escolas estaduais, municipais ou particulares, museus, bibliotecas, prédios, repartições, instituições educacionais, científicas, culturais ou artísticas, hastearão a Bandeira da Paz, adotada neste ato, a qual permanecerá hasteada por todo dia.

Parágrafo único. Os municípios e os órgãos públicos a que se refere o artigo anterior, homenagearão os cidadãos ou entidades que tenham desenvolvido algum ato ou trabalho expressivo em favor da promoção da paz e da cultura.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 11.220.295-1



Art. 4º. A Bandeira da Paz, que medirá oitenta e cinco (0,85) centímetro de altura por um metro e quarenta (1,40) centímetros de comprimento, confeccionada em pano branco, terá ao centro um círculo cor vermelho-púrpura, cujo aro medirá dez (0,10) centímetros de largura e terá sessenta (0,60) centímetros de diâmetro, a iniciar na parte externa, tendo dentro dele, no centro, sobre o fundo branco, três esferas também em vermelho-púrpura, colocadas em triângulo ascendente, cada uma delas com raio de doze (0,12) centímetros de diâmetro.

Parágrafo único. A presente bandeira é semelhante à bandeira da paz, que se tornou mundialmente conhecida pelo pacto de Nicholas K. Roerich.

Art. 5º. Para dar cumprimento ao que trata o artigo 2º e fiscalizar a aplicação desta lei, no que dispõe sobre as cerimônias comemorativas do Dia Estadual da Cultura e da Paz, o Governo do Estado e os Governos Municipais, nomearão comissões conforme o previsto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

§ 1º. A Comissão Estadual será constituída por Decreto do Chefe do Poder Executivo, sendo formada pelo Governador do Estado ou representante por ele designado; pelo Presidente do Poder Judiciário ou representante por ele designado; pelo Presidente do Poder Legislativo ou representante por ele designado; um oficial da Polícia Militar do Paraná e um delegado da Polícia Civil, indicados pelo Secretário de Estado da Segurança Pública; pelo Secretário de Estado da Educação ou representante por ele designado; e, pelo Secretário de Estado da Cultura ou representante por ele designado.

§ 2º. Nos municípios, o Prefeito Municipal constituirá por Decreto a Comissão Municipal que será formada: pelo Prefeito Municipal; pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores; pelo Juiz de Direito da Comarca, Diretor do Fórum; pelo Comandante da Unidade Local da Polícia Militar e pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 25 de junho de 2002.

Jaime Lerner

Governador do Estado

Monica Rischbieter

Secretária de Estado da Cultura

José Cid Campêlo Filho

Secretário de Estado do Governo

Ademais, a boa técnica legislativa através da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, em seu inciso IV, artigo 7º, determina que o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei, salvo quando a lei posterior complementar a anterior considerada básica, vinculando-se a primeira através de remissão expressa. Senão vejamos:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.


Assim, não é porque o ilustre Deputado acresceu a palavra conciliação ao presente Projeto de Lei que a matéria ora em baila ganha a qualidade de "inédita". Haja vista que a Lei Estadual supracitada versa sobre o mesmo tema (Dia da Paz) e até "coincidentemente" instituiu o dia 25 de julho de cada ano como a data de celebração, 3 (três) dias depois da proposta do



parlamentar que objetiva comemorar o "Dia da Paz e da Conciliação" no dia 22 de julho, sem ao menos justificar a escolha do referido dia.

Isto posto, são esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 374/11
(Autoria do Deputado Professor Lemos)

Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia da Paz e da Conciliação, a ser comemorado anualmente na data de 22 de julho.

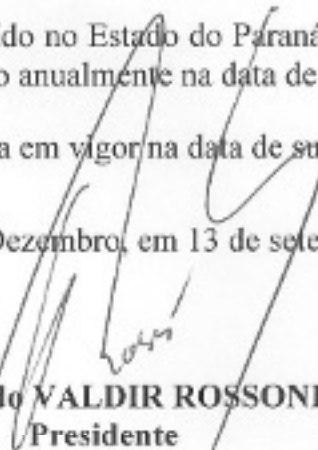
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia Estadual da Paz e da Conciliação, a ser comemorado anualmente na data de 22 de julho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 13 de setembro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 029/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 029/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO - OFÍCIO Nº 3008/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 374/11, de autoria do Deputado Professor Lemos, que institui no Calendário Oficial o Dia da Paz e da Conciliação a ser comemorado anualmente na data de 22 de julho.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 374/11, de autoria do Deputado Professor Lemos que, institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia da Paz e da Conciliação a ser comemorado anualmente na data de 22 de julho, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 374/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 15 de setembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 029/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 05 de outubro de 2011, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal. •




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

vice-presidente
caito Quintora


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 3370/2011

Curitiba, 11 de outubro de 2011



PROPOSIÇÃO VETO Nº 030/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 OUT. 2011

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 17 OUT. 2011

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 143/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, veteei o Projeto de Lei nº 366/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 366/2011, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por escopo alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 15.876, de 07 de julho de 2008, que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná (Casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer).

A justificativa para tal propositura está na facilitação e estímulo de acesso aos bens culturais, formas de expressão, dos costumes e da ciência, disponíveis em nossa sociedade, aos funcionários das escolas da rede de ensino público e particular, nos mesmos moldes da meia-entrada assegurada aos professores, consoante artigo 1º, da Lei nº 15.876, de 07 de julho de 2008.

Assim, através da meia-entrada, tais profissionais teriam facilidades para participar de atividades que envolvam lazer, entretenimento e estimulem a difusão cultural no âmbito do Estado do Paraná.

Entretanto, insta salientar o princípio constitucional da igualdade, perante o qual todas as normas subsequentes devem obediência, previsto no caput do artigo 5º da Constituição Federal. Vejamos:

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.º 11.041.813-2

14:32 17/10/2011 007985 DIA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Rec. 13/10/11
Pattus



Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(grifos nossos)

Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma, sendo que isso implica não somente na ofensa a um mandamento obrigatório específico, e sim a todo sistema de comandos, sendo que, dentre as finalidades deste princípio, destaca-se a repulsa por privilégios injustificados.

Assim, há que se indagar se o legislador, ao criar inúmeras ferramentas que, supostamente, baseiam-se em uma (des)igualdade, estaria afastando, mesmo que indiretamente, outras camadas da sociedade, não albergadas por um novo direito criado. Ou seja, a cada nova classe incluída em tal benefício, as não amparadas pagarão por estas, implicando em aumento significativo dos preços, o que, conseqüentemente, acarretará a dificuldade no acesso à cultura aos demais cidadãos.

Outrossim, oportuno ressaltar que medidas como a pretendida com o presente Projeto de Lei acabam por "mascarar" o verdadeiro valor cobrado pelos ingressos ou bilhetes para a coletividade nos locais elencados no artigo 1º, da Lei nº 15.876, de 07 de julho de 2008. Poderá o particular, em defesa do direito a propriedade e do livre desenvolvimento da atividade econômica por ele desenvolvida, majorar os valores cobrados de forma a equilibrar suas contas e viabilizar a produção cultural, repassando esta diferença não apenas para todos os indivíduos, mas, também, para os beneficiados por leis que instituem a meia entrada (estudantes - Lei nº 11.182/95, doadores de sangue - Lei nº 13.964/02, deficientes físicos - Lei nº 16.675/10 e idosos - Lei Federal nº 10.741/03 - Estatuto do Idoso), afastando ainda mais as camadas menos favorecidas da sociedade não possuidoras do direito a meia-entrada.

Insta salientar, que a propositura do nobre parlamentar não é inovadora, ou ao menos trará maiores benefícios se comparados ao já existentes.

Diante do exposto, a cidadania buscada pelo legislador em questão não é aquela que de fato será albergada no texto legal e, principalmente, por ferir o princípio da igualdade, além de prejudicar em tese àqueles que não estarão amparados pela nova redação do texto legal.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.*

CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 366/11
(Autoria do Deputado Professor Lemos)

Altera a redação do artigo 1º no que especifica, da Lei nº 15.876, de 07 de julho de 2008, que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná (Casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

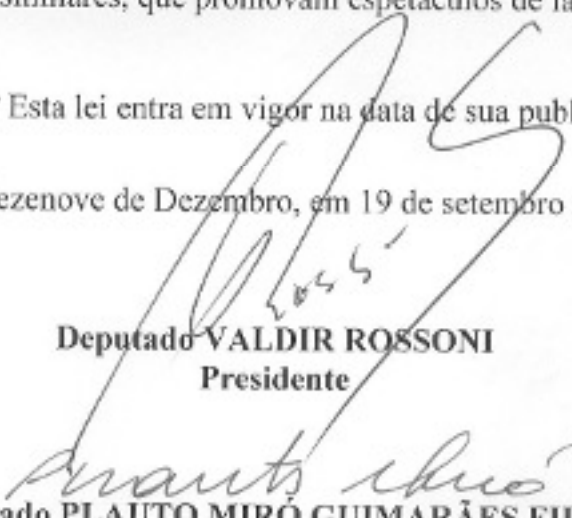
DECRETA:


Art. 1º O Art. 1º da Lei nº 15.876, de 07 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica assegurada aos professores e funcionários da rede de ensino público e particular de todo o território do Estado do Paraná, que estejam exercendo suas funções, o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 19 de setembro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 030/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 030/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 3370/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 366/11, de autoria do Deputado Professor Lemos, que altera a redação do artigo 1º, da Lei 15.876, de 07 de julho de 2008, que institui a meia – entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo Estado do Paraná.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 366/11, de autoria do Deputado Professor Lemos que, tem por escopo alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 15.876, de 07 de julho de 2008, que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo Estado do Paraná, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 366/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **21 de setembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 030/11, foi exarada e encaminhada junto à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

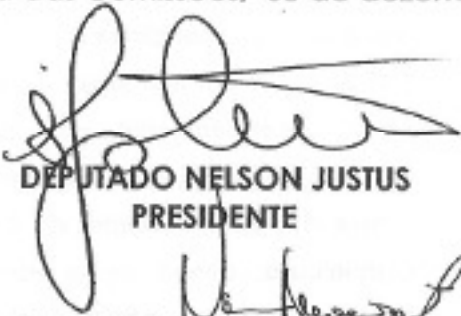
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **11 de outubro de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



OF/CTL/CC nº 3896/2011

Curitiba, 19 de outubro de 2011

D. L.

Fls. 02

SEP

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 OUT. 2011

1º Secretário

PROPOSIÇÃO
VETO Nº 033-11

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 24/10/11

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 150/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, (vetei o Projeto de Lei nº 388/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 388/11, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, tem por escopo dispor sobre a remessa de telegramas aos candidatos aprovados em concursos públicos no âmbito do Estado do Paraná.

Em que pese a nobre intenção da parlamentar estadual, a Constituição do Estado, em seu art. 66, elenca os casos em que o processo legislativo é deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo. Vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.nº 11.246.233-3



Assim, da simples leitura do art. 66, II da Constituição Estadual, torna-se clarividente que a competência para legislar acerca dos servidores públicos do Poder Executivo, inclusive a forma de provimento de seus cargos, é de competência privativa do Governador do Estado. Não pode o legislador estadual dispor a forma das convocações *"para assumir cargo na Administração Pública Direta e Indireta ou Autarquias do Estado do Paraná"*, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra *"O Espírito das Leis"* e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna, a saber:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta forma, hodiernamente, podemos afirmar que a doutrina da separação dos poderes traduz-se em fórmula de organização da estrutura política do Estado, mediante a qual as funções de governo são atribuídas a órgãos autônomos, porém de modo não exclusivo, de sorte que é assegurado um mútuo controle e um funcionamento harmonioso, tendente à realização da vontade geral, sempre respeitada a autonomia de cada um dos Poderes.

Ainda, ao cometer essa ingerência sobre o Poder Executivo, o membro da Assembleia Legislativa incorre no vício de iniciativa, ou seja, na inconstitucionalidade formal subjetiva.

Inconstitucionalidade Formal Subjetiva diz respeito à fase introdutória do processo legislativo, em que é desencadeado, por meio da iniciativa, o procedimento de elaboração das espécies normativas. Qualquer espécie normativa elaborada a partir de iniciativa viciada, isto é, a partir de projeto de lei apresentado por quem não tenha competência, padecerá de inconstitucionalidade formal.

Assim, a presente proposta de lei incorre na inconstitucionalidade, pois não cabe a membro desta Casa de Leis tal propositura que, como suso citado, é de competência do Poder Executivo.

Nesta mesma esteira, a posição do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. **Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e).** 2. **Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal.** Medida cautelar deferida. (ADI 2646 MC / SP - SÃO PAULO MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. MAURÍCIO



CORRÊA Julgamento: 01/07/2002, Órgão Julgador: Tribunal Pleno). (Grifo nosso)

Saliente-se que a sanção do Chefe do Poder Executivo eventualmente aposta à proposição não sana o vício. Corrobora deste entendimento o Supremo Tribunal Federal:

"A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes." (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.)

Ademais, na informação nº. 871/2011, a Divisão de Recrutamento e Seleção de Recursos Humanos – SEAP, prestou as informações técnicas sobre a proposta, que é de competência daquela divisão. Em suma, ressaltam que a taxa de inscrição cobrada dos candidatos objetivam custear numa medida justa os custos normais de operacionalização do concurso público, sem que o Estado venha a lucrar no valor da inscrição; caso haja necessidade de envio de telegramas aos candidatos, ou o Estado teria de arcar com o ônus de tais despesas, onerando o erário, ou o custo seria repassado aos candidatos, afastando possíveis candidatos devido a majoração das taxas de inscrição; a proposta poderá não surtir efeitos durante situações excepcionais, como em eventual greve dos correios. Ainda, informa a Divisão que para atendimento ao princípio da publicidade, todos os editais são publicados no Diário Oficial e veiculados por meio eletrônico. Além disto, a título de cortesia, têm-se enviado "Carta AR" aos candidatos quando válido o concurso público.

Por fim, cumpre destacar que o projeto de Lei nº. 477/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a remessa de Telegramas com entrega em mãos e mensagens de correio eletrônico (e-mail) aos candidatos aprovados em concurso público estadual, foi vetado pelo Poder Executivo e o veto mantido por esta Casa de Leis.

Ante o exposto, diante do sobejamente demonstrado, tem-se que a proposição em comento é inconstitucional.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 05

528

Projeto de Lei nº 388/11

(Autoria da Deputada Cantora Mara Lima)

Dispõe sobre a remessa de telegramas aos candidatos aprovados em concursos públicos do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º As entidades organizadoras de concursos públicos ficam obrigadas a enviar telegramas aos candidatos aprovados em concurso público estadual, contendo o prazo, horário e local em que deverão se apresentar, nas seguintes convocações:

I – para entrega de documentação e encaminhamento a exames médicos admissionais;

II – para assumir cargo na Administração Pública Direta e Indireta ou Autarquias do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A remessa dos telegramas tem caráter suplementar, independente da publicação de outras formas de chamamento.

Art. 2º O disposto nesta lei deverá constar nos respectivos editais dos concursos públicos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 21 de setembro de 2011.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário

JUSTIFICATIVA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 033/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 033/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 3896/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 388/11, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que dispõe sobre a remessa de telegramas aos candidatos aprovados em concursos públicos no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 388/11, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima que, dispõe sobre a remessa de telegramas aos candidatos aprovados em concursos públicos no âmbito do Estado do Paraná, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 388/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **29 de setembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 033/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **19 de outubro de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



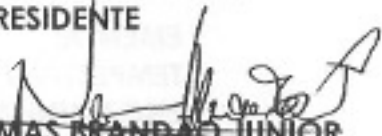
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR *herma mouro*



OF/CTL/CC nº 4218/2011

Curitiba, 08 de novembro de 2011



PROPOSIÇÃO VETO Nº 34/11

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 28/11/2011

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 160/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 369/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 369/11, de autoria do Deputado Paranhos, tem por escopo alterar o art. 1º da Lei nº. 16.759, de 29 de dezembro de 2010 (distribuição e/ou comercialização de venenos de ratos e venenos similares – restrito para maiores de 18 (dezoito) anos.).

Primeiramente, cumpre informar que a legislação atinente a produção e consumo dos produtos e insumos objeto do Projeto de Lei em comento é de competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A ANVISA é uma Autarquia Federal em regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, possuindo como área de atuação, todo o território nacional, conforme estabelece o artigo 3º da **LEI FEDERAL Nº 9782/1999**, senão vejamos:

Art. 3º Fica criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro no Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atuação em todo território nacional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001).

Parágrafo único. A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira. (grifo nosso).

Excelentíssimo Senhor

Deputado **VALDIR ROSSONI**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

Prot nº 11.271.559-2



Tal competência está estabelecida no artigo 7º da **LEI FEDERAL Nº 9782/1999**, que "Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências":

Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

(...)

XV - proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde; (grifo nosso).

Ainda, o **DECRETO FEDERAL Nº 79.094/77**, regulamenta a venda de raticidas, conforme dispõe o art. 1º do referido Decreto:

Art. 1º Os medicamentos, insumos farmacêuticos, drogas, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, perfumes e similares, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e os demais, submetidos ao sistema de vigilância sanitária, somente poderão ser extraídos, produzidos, fabricados, embalados ou reembalados, importados, exportados, armazenados, expedidos ou distribuídos, obedecendo ao disposto na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e neste Regulamento.

Art. 2º Para o exercício de qualquer das atividades indicadas no artigo 1º, as empresas dependerão de autorização específica do Ministério da Saúde e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 65. Somente será permitida a venda dos raticidas a granel, para embalagem, às empresas habilitadas a exercer essa atividade, na forma prevista no artigo 2º deste Regulamento.

Assim, ao desenvolver o projeto de lei ora em tela, que dispõe sobre produtos que têm o seu licenciamento na competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, tratado por legislação específica, o parlamentar estadual acaba por interferir na competência da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**, pois, no âmbito estadual, trata-se de incumbência desta Secretaria de Estado, conforme o disposto no **Decreto Estadual 2.270 de 1987 e no Decreto Federal suso citado**. Dispõe o referido Decreto:

Art. 1º. - A Secretaria de Estado da Saúde - SESA, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de Junho de 1987, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, responsável pela formulação da política



estadual de saúde, em concordância com a política nacional e os planos de desenvolvimento econômico e social do Estado, bem como pela programação, orientação normativa, condução, coordenação, execução e controle de seu cumprimento por parte das instituições públicas e privadas.

Art. 2º. – O campo de atuação da Secretaria abrange atividades relacionadas com as funções de melhoria e proteção do padrão de saúde da população; o oferecimento de serviços de saúde na área ambulatorial, hospitalar, de auxílio diagnóstico e terapêutico; e a defesa sanitária da população, inclusive contra calamidades.

Não obstante, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidos por estas Secretarias, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. (grifo nosso)

O legislador estadual ao desenvolver o presente projeto de lei também acaba por ferir o princípio da "Separação de Poderes", o qual determina que os Poderes são independentes e harmônicos entre si, de acordo com o art. 2º da Carta Magna:

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A Teoria da Separação dos Poderes, mecanismo clássico de organização e limitação do poder político na qual os poderes estatais distinguem-se em três esferas, quais sejam Executiva, Legislativa e Jurisdicional. Tal produz um sistema de freios e contrapesos e permite que o "poder controle o próprio poder, impedindo, por sua vez, que haja a concentração de todas as funções somente nas mãos de um único órgão do Poder Público.

Ademais, esse princípio, entendido como um dos basilares fundamentos constitucionais é assegurado também pela Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 7º:

Art. 7º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Inclusive, é possível verificar a existência de inúmeras Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal, que decidiram pela inconstitucionalidade de leis com vícios semelhantes aos do projeto em comento:

ADI 3178 / AP – AMAPÁ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE



Relator(a): Min.
Julgamento: 27/09/2006
Pleno

GILMAR
Órgão Julgador: Tribunal



EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei do Estado do Amapá. 3. Organização, estrutura e atribuições de Secretaria Estadual. Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Precedentes. 4. Exigência de consignação de dotação orçamentária para execução da lei. Matéria de iniciativa do Poder Executivo. Precedentes. 5. Ação julgada procedente.

-VIDE EMENTA E INDEXAÇÃO PARCIAL: INCONSTITUCIONALIDADE, LEI ESTADUAL, REGULAMENTAÇÃO, PROGRAMA DE SAÚDE ITINERANTE, FINALIDADE, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SAÚDE PÚBLICA, DESTINAÇÃO, ZONA RURAL, LOCALIDADE RIBEIRINHA, MEDIANTE, UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE. -FUNDAMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, MIN. CARLOS BRITTO: POSSIBILIDADE, LEI, INICIATIVA, PARLAMENTAR, CRIAÇÃO, POLÍTICA PÚBLICA, PRESSUPOSTO, AUSÊNCIA, CRIAÇÃO, FUNDO FINANCEIRO.

Desta forma, resta claro que a matéria em questão reflete-se em contrariedade a preceitos constitucionais, especificamente, no que tange à iniciativa privativa do Poder Executivo.

Corroborando o que foi mencionado acima, cita-se o julgado do STF:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e). 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal. Medida cautelar deferida (STF, ADIN Nº 2.646-1, REL. MIN. MAURÍCIO CORRÊA, JULGADA EM 01/07/2002).

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



SEIM
SEDU

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 369/11

(Autoria do Deputado Paranhos)

Altera o art. 1º da Lei nº 16.759, de 29 de dezembro de 2010.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 16.759, de 29 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Determina às Empresas estabelecidas no Estado do Paraná que tenham, dentre outras finalidades, a de distribuição e/ou comercialização de venenos de ratos e venenos similares, que disponibilizem locais reservados para os produtos citados e que o acesso a esses seja proibido para menores de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

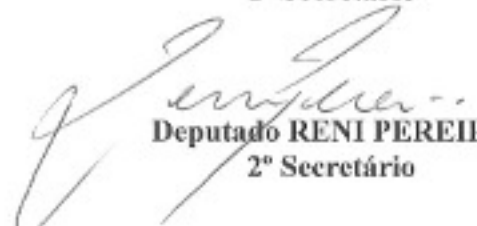
- I – advertência escrita;
- II – multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- III – cassação da Inscrição Estadual.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de outubro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário*


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 034/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 034/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 4218/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 369/11, de autoria do Deputado Paranhos, que altera o artigo 1º da Lei nº 16.759 de 29 de dezembro de 2010.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 369/11, de autoria do Deputado Paranhos que, altera o artigo 1º da Lei nº 16.759, de 29 de dezembro de 2010, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 369/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **11 de outubro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 034/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **28 de outubro de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

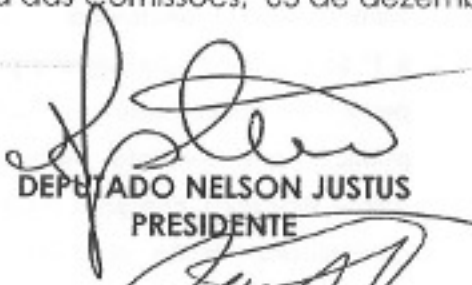



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE GURI
RELATOR

Cessa S. Istici Filho



OF/CTL/CC nº 4217 /2011

Curitiba, 03 de novembro de 2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 09 NOV/2011

1º Secretário

PROPOSIÇÃO VETO Nº 35/11

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, / /

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 152/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 190/2011, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O autógrafo tem por objetivo assegurar aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) no Estado do Paraná, desde que a liberação ocorra somente após vistoria do órgão competente de fiscalização, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do Parágrafo único do Artigo 1º.

Primeiramente, insta salientar que Projeto de Lei em análise não possui nenhum óbice no que tange a sua constitucionalidade.

No entanto, não é demais observar não ser de boa técnica legislativa a referência a uma norma infralegal no texto do Projeto de Lei em face da fragilidade temporal dessa espécie de norma, que pode ser a qualquer momento revogada por decisão administrativa. Assim, a referência contida no parágrafo único à Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP n. 007, de 18 de abril de 2008.

Desta forma, veto o parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei 190/2011.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.11.271.214-3



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 190/11 **(Autoria do Deputado Nereu Moura)**

Assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º Atendendo as determinações da Lei Federal nº 6.938/81, fica assegurado aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades e raios) no território do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A liberação ocorrerá após vistoria do órgão competente, respeitadas as normas estabelecidas pela Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 007, de 18/04/08, no que couber.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

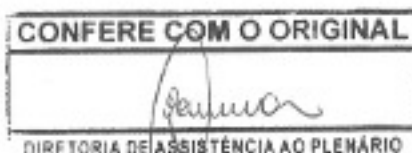
Palácio Dezenove de Dezembro, em 03 de outubro de 2011.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário

GCS/SMM





Justificativa do Projeto de Lei nº 190/11

JUSTIFICATIVA

Muitos agricultores estão tendo prejuízo devido à exigência de leis ambientais que dificultam a retirada de árvores para destinação apropriada nas propriedades rurais. Atualmente as árvores que caem, ou secam devido a ocorrência de causas naturais (ventos, tempestades e raios) não podem ser aproveitadas economicamente.

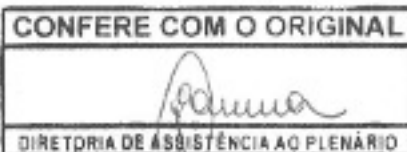
É frustrante ao agricultor que tanto precisa de madeira para melhorar a sua propriedade ter que presenciar uma árvore, às vezes centenária, apodrecer no solo sem ser utilizada.

Os produtores rurais precisam constantemente investir em melhorias em suas propriedades: uns necessitam construir uma casa para morar ou uma garagem para guardar as máquinas agrícolas; outros precisam construir um chiqueiro, um estábulo, um aviário, uma leiteria para diversificar sua produção e aumentar a lucratividade de sua propriedade.

No entanto, devido às questões burocráticas e leis ambientais que vão de encontro com o desenvolvimento sustentável, os agricultores não conseguem aproveitar a madeira que está disponível em sua propriedade.

Por isso é necessário uma reanálise nos procedimentos administrativos atualmente adotados pelos órgãos ambientais, no sentido de permitir que o produtor rural possa se utilizar desses recursos naturais sem maiores burocracias e com maior agilidade.

Isto posto, espera-se contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 035/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 035/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 4217/11

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 190/11, de autoria do Deputado Nereu Moura, que assegura o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causa naturais (ventos, tempestades, raios, doenças).

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 190/11, de autoria do Deputado Nereu Moura que, assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causa naturais (ventos, tempestades, raios, doenças), tendo sido vetado parcialmente pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 190/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **13 de outubro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 035/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **03 de novembro de 2011**, sendo desta maneira tempestiva. •

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



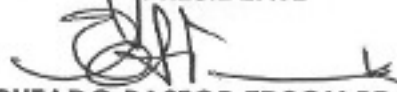
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRAOZYK
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 787/11

Institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual do Estado do Paraná para o período de 2012 a 2015 – PPA 2012-2015, elaborado em consonância com o art. 133 da Constituição Estadual.

Art. 2º O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental, estruturado em Programas e Iniciativas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos.

§ 1º Os Programas e Iniciativas constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos, com as mesmas codificações, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 2º Os Programas representam o elemento de integração entre o Plano e o Orçamento.

§ 3º As iniciativas, quando orçamentárias, correspondem aos projetos, atividades e operações especiais constantes dos orçamentos anuais.

§ 4º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 3º Integram esta Lei os seguintes Anexos:

- I. Programas Finalísticos;
- II. Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;
- III. Obrigações Especiais;

Art. 4º As estimativas de recursos dos Programas e Iniciativas constantes dos Anexos desta Lei são referenciais e foram fixadas de modo a conferir



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais.

§ 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual, conforme disposto no inciso VI, § 3º do art. 133 da Constituição Estadual.

Art. 5º Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano.

Art. 6º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e suas alterações, bem como mudanças econômicas e sociais, fica autorizado a:

I. alterar o valor global do Programa (incluir, excluir ou alterar iniciativas orçamentárias e seus respectivos atributos);

II. adequar a quantidade da meta física de iniciativa orçamentária para compatibilizá-la com alterações nos recursos efetivadas pelas leis orçamentárias;

III. incluir, excluir ou alterar iniciativas decorrentes de aprovação de operações de crédito internas e/ou externas, necessárias à execução dos programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida;

IV. descentralizar recursos dos Programas Especiais previstos na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de iniciativas específicas nas Unidades Orçamentárias executoras, por ocasião da formalização dos contratos.

V. incluir iniciativas não orçamentárias.

§ 1º O Plano poderá ser objeto de revisão mediante projeto de lei, sempre que necessário, ressalvado o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 7º Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano.

Art. 8º Cabe à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) estabelecer normas complementares para a gestão, monitoramento e avaliação do PPA 2012-2015.

Art. 9º Passa a integrar a presente Lei o Anexo IV, devendo o Poder Executivo proceder às alterações dele decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 10 Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2011.



Dep. NEREU MOURA
Presidente



Dep. CESAR SILVESTRI FILHO
Relator



Romanin Giron





COMISSÃO DE ORÇAMENTO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 788/11

Estima a Receita e Fixa a Despesa
para o exercício financeiro de 2012.

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

- I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- II - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

SEÇÃO II

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 35.701.243.610,00 (trinta e cinco bilhões, setecentos e um milhões, duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e dez reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 3.251.584.820,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 32.449.658.790,00 (trinta e dois bilhões, quatrocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa reais).



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Parágrafo único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o art. 41 da Lei Estadual nº 16.889, de 2 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-2012) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$ 1,00

1.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS	R\$	31.028.227.260
1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	28.779.741.500
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.248.485.760
2.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS	R\$	27.776.642.440
2.1.	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	28.779.741.500
2.2.	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.251.584.820
2.3.	RECEITAS CORRENTES – LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	25.528.156.680
2.4.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.248.485.760
3.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	1.907.862.970
3.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.573.130.550
3.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	334.732.420
4.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	2.765.153.380
4.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.788.500.020
4.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	976.653.360
5.	TOTAL DA RECEITA BRUTA	R\$	35.701.243.610
6.	TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	32.449.658.790
6.1	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	32.141.372.070
6.2	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.251.584.820
6.3	RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	28.889.787.250
6.4	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.559.871.540



Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos à contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO III

DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 29.684.505.410,00 (vinte e nove bilhões, seiscentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e dez reais) e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 2.765.153.380,00 (dois bilhões, setecentos e sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e três mil e trezentos e oitenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta Lei.



3



Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações:
3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e
3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 109.311.000,00 (cento e nove milhões, trezentos e onze mil reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeado com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o art. 19, inciso VIII, da Lei Estadual nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012 - está apresentado no Anexo VI desta Lei.

SEÇÃO IV

DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2011, serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2011, de acordo com o estabelecido no art. 6º da Lei Estadual nº 16.889, de 02 de agosto de 2011.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.



§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo, os percentuais utilizados na aplicação deste artigo.

SEÇÃO V

DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE GRUPO DE FONTES, DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E OBRAS

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida* Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;



II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso as formas previstas no §1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - abrir créditos suplementares, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor global da receita fixada para o exercício de 2012, utilizando como recursos as formas previstas no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de acordo com o disposto no art. 39 da Lei Estadual nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias-2012;

V – proceder, até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de Grupos de Fontes e de Fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as Modalidades de Aplicação, definidas neste Orçamento, por ato da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;



VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/ Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeado com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos incisos I, II, III e IV deste artigo.

Art. 14. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 15. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações, em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta Lei.

Art. 16. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado, até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do art. 13 desta Lei.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

SEÇÃO VI

DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender à aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender às situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.



Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL - mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do art. 44 da Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011.

SEÇÃO VII

DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Art. 21. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atendendo somente às disposições constitucionais do art. 100 e do art. 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 62, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei.

SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no art. 11 desta Lei.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar, para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes de transformações aprovadas por lei.

Art. 25. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31.12.2011, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, impreterivelmente, até 31.01.2012.

Art. 26. As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas Dependentes, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2011, 80% (oitenta por cento) dos respectivos Superávits Financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2011, conforme disposto no art. 37 da Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011.

§ 1º – Ficam excluídas das exigências do contido no caput deste artigo as seguintes Unidades Orçamentárias: Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundos Estaduais e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

§ 2º – Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no caput deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, no Órgão da vinculação de origem, com exceção do disposto no § 1º deste artigo.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar até R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, dos quais até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) deverão ser repassados à Secretaria de Estado da Segurança Pública e até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para complementação dos recursos destinados à cobertura do Sistema de Assistência à Saúde.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2011 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2012.

§ 2º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo, bem como os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para cumprimento da programação apresentada no Anexo III desta Lei, ficam excluídos da exigência contida no art. 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

Art. 28. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, reforço de dotação orçamentária para prevenção e recuperação de toxicômanos e alcoólatras e subvenção de institutos e entidades de combate às drogas, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforço de dotação para despesa de pessoal da Polícia Militar, o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 31. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Casa Civil - dotação 1381.17511214.802 - SANEAMENTO RURAL - reforço de dotação para implantação de ações destinadas ao Saneamento Rural, o valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado do Turismo - dotação 6302.23695054.241 - GESTÃO ESTRATÉGICA DO TURISMO - o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), destinados a iniciar a implementação das ações previstas nos PDITS do PRODETUR PARANÁ, utilizados como recursos o excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - dotação 6502.20541044.256 - GESTÃO DE USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAL - reforço de dotação para a



recuperação de trafegabilidade das estradas rurais, o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - dotação 6502.20541044.256 – GESTÃO DE USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS - reforço de dotação para a aquisição de insumos, objetivando o manejo e correção do solo, o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Casa Civil - dotação 1301.04122403.004 – APOIO ÀS AÇÕES DO SECRETÁRIO ESPECIAL PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - reforço de dotação para os telecentros em bibliotecas cidadãs, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – dotação 6702.15451024.271 - DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL INTEGRADO - recursos para infraestrutura do litoral paranaense, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

12



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 37. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), referentes à participação do Governo do Estado no exercício de 2012, na implantação do Sistema de Metrô no Município de Curitiba.

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento do Órgão Defensoria Pública a Unidade Orçamentária Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná – FADEP, criado pela Lei Complementar nº 136/2011 de 19 de maio de 2011, antes do início da execução orçamentária de 2012.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar, no Orçamento do exercício de 2012, recursos no valor de R\$ 574.473.860,00 (quinhentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e três mil, oitocentos e sessenta reais), para atendimento das programações estabelecidas no Anexo X desta Lei, utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2011 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2012, bem como do excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no Inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 40. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforço de dotação para despesa de pessoal da Polícia Civil, o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 41. Passam a integrar a presente Lei os Anexos VII, VIII, IX, X.

Parágrafo único. As alterações decorrentes dos Anexos VII e VIII deverão ser implementadas no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 42. Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2012.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2011.


Dep. NEREU MOURA
Presidente


Dep. ELIO RUSCH
Relator


Germano Ben

Rosa

Carlos Siqueira Filho



PROJETO DE LEI N.º 84/2011

Súmula: Institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º. Fica instituída a **Agência Paraná de Desenvolvimento – APD**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de interesse e finalidade públicos, sob a modalidade de serviço social autônomo, nos termos desta Lei.

§ 1º. A Agência Paraná de Desenvolvimento fica vinculada, por cooperação, ao Governador do Estado, que supervisionará sua gestão e administração.

§ 2º. A Agência Paraná de Desenvolvimento terá sede e foro no Município de Curitiba e duração por tempo indeterminado.

§ 3º. Equivalem-se, para fins desta Lei, as expressões: Agência Paraná de Desenvolvimento, Agência de Desenvolvimento e a sigla APD.

Art. 2º. A APD tem por missão institucional a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através da prestação de serviços de atração de investimentos econômicos ao Estado, com ênfase na identificação de oportunidades de negócios que resultem na conquista de novas empresas e, por consequência, na geração de empregos, na otimização do uso dos recursos energéticos e na modernização tecnológica.

Parágrafo único. A APD tem por missão também identificar as áreas potenciais de investimentos e pensar sobre as soluções que existem para introduzir as mudanças necessárias, buscando oportunidades de negócios, fomentando a economia das regiões, com vistas na identidade produtiva de cada um dos municípios do Estado.

Art. 3º. A APD tem por objetivos:

I – A identificação e proposição de soluções, aos problemas de infraestrutura que estejam, de alguma forma, dificultando o desenvolvimento das atividades econômicas das cadeias produtivas;

II – A articulação entre os entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda, fomentando convênios e parcerias público privadas;

GABINETE DO GOVERNADOR



- III – O auxílio aos municípios paranaenses no atendimento ao investidor e no desenvolvimento do ambiente de negócios;
- IV – A atração de novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como a promoção e o estímulo à expansão de empresas instaladas no Estado;
- V – O acompanhamento e o desenvolvimento da atividade empresarial, após a instalação da empresa;
- VI – A prospecção, no Brasil e no exterior, de oportunidades de investimentos no Estado;
- VII – A disponibilização aos agentes econômicos de informações técnicas, científicas e estratégicas que contribuam para o desenvolvimento do Estado;
- VIII – A promoção da imagem do Estado como destinatário de investimentos, mediante campanhas e ações;
- IX – O estabelecimento e a manutenção de intercâmbios com organismos de atuação similar, agentes financiadores e de fomento, e outros organismos nacionais e internacionais, que concorram para os mesmos objetivos;
- X – A sugestão de ações governamentais que visem ao desenvolvimento econômico;
- XI – A articulação com instituições de financiamento de apoio a programas de desenvolvimento;
- XII – A centralização e a elaboração de estudos estatísticos ligados à atividade econômica, valendo-se de trabalhos já desenvolvidos por outros órgãos do Estado;
- XIII – O exercício de outras atividades que estejam incluídas em seus objetivos sociais.

Art. 4º. A APD será constituída com recursos do Tesouro Geral do Estado mediante a abertura de Créditos Adicionais até o limite de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), servindo como recurso quaisquer das formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais de que trata este artigo.

Art. 5º. Constituem receitas da APD:

- I – Créditos orçamentários que lhe sejam consignados pelo orçamento geral do Estado;
- II – Recursos provenientes dos lucros decorrentes das ações das quais o Estado do Paraná é titular perante a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, em valor anualmente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;
- III – Auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais, estrangeiras e internacionais;
- IV – Recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;
- V – Outras rendas de qualquer natureza.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 6º. O patrimônio da APD será constituído de:

- I – Todos os bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir;
- II – Doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais; e
- III – Outros bens não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

Art. 7º. A administração social da APD será exercida por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, composta por 3 (três) membros, cuja remuneração será definida pelo Conselho de Administração e homologada pelo Governador do Estado.

§ 1º. A Diretoria Executiva é formada pelo Diretor-Presidente e dois Diretores-Auxiliares, de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, sob indicação do Conselho de Administração.

§ 2º. O Conselho de Administração é composto pelos seguintes membros:

- I – O Diretor-Presidente da APD, como presidente do Conselho;
- II – O Secretário de Estado da Fazenda;
- III – O Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral;
- IV – O Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística;
- V – O Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul;
- VI – O Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Estado do Paraná;
- VII – O Procurador-Geral do Estado.

§ 3º. As autoridades componentes do Conselho de Administração poderão nomear representantes com plenos poderes para, em nome do órgão ou instituição, deliberarem no Conselho.

§ 4º. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, indicados pelo Conselho de Administração na forma estabelecida em estatuto, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, e nomeados pelo Governador do Estado.

§ 5º. O detalhamento da composição, as atribuições e competências dos órgãos diretivos da APD, bem como as formas de escolha e de destituição de seus membros, serão fixados em estatuto, sob os balizamentos desta lei, nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 8º. A representação legal da APD será exercida pelo Diretor-Presidente.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 9º. A APD contará com quadro próprio de pessoal, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parágrafo único. Para o atendimento ao disposto no "caput" deste artigo, a APD procederá o processo de seleção de pessoal, precedido de edital com ampla divulgação, atendidos os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 10º. A APD poderá celebrar contratos de gestão com os entes participantes, bem como convênios, ajustes, termos de parceria, termos de cooperação técnico-científica, além de contratos de prestação de serviços com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, sempre que considere ser essa a solução mais vantajosa para a execução de suas finalidades, observados os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 11. O estatuto da APD, que detalhará as normas de funcionamento da Instituição, será aprovado pelo Conselho de Administração, devendo ser convalidado pelo Governador, observado o disposto nesta Lei.

Art. 12. As contas da APD serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, na forma da lei.

Art. 13. Em caso de extinção da APD, a integralidade do seu patrimônio será revertida ao Estado do Paraná, salvo se lei especial dispuser de outro modo.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 18 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 66/2011

Curitiba, 18 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a criação da Agência Paraná de Desenvolvimento – APD.

A ideia de criação da Agência Paraná de Desenvolvimento, é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná. O papel da APD, nesse contexto de desenvolvimento, é fundamental às ações pretendidas pelo Estado, no sentido de dar apoio às diversas empresas já instaladas em seu território e, principalmente, atrair novos investimentos, que implicam a criação de novos postos de trabalho e aumento de renda.

A Agência Paraná de Desenvolvimento será, para tanto, capacitada para identificar as potencialidades do Estado e, uma vez mapeadas as áreas e necessidades, buscar empresas interessadas em aqui se instalarem e investirem.

A atuação da APD implicará a consolidação, modernização e expansão das atividades econômicas do Paraná, prospectando, induzindo e atraindo investimentos de maneira a ampliar o desenvolvimento sustentável do Estado.

Nesse sentido, a Agência deverá se comportar como uma extensão operacional do Governo na assistência às empresas e atração desses novos investimentos e projetos, atuando como articuladora entre empresários e investidores. Dessa forma, a APD terá a missão de apoiar as empresas do Estado para que se tornem mais competitivas e buscar investimentos para desenvolver cadeias produtivas de cada região, atraindo os projetos econômicos compatíveis.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Prot. 11.000.544-0 lhph

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



Assim, a economia do Estado do Paraná será fortalecida pela ação da Agência, na medida que terá funções centrais na execução da política industrial, na valorização da agricultura e na criação de mecanismos de inovação científica e tecnológica. Para isso, terá como premissa básica a harmonia entre economia, inclusão social e preservação do ambiente.

Portanto, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

24



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 18 de outubro de 2011
OF CEE/G 162/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em 18/10/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 66/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva a criação da Agência Paraná de Desenvolvimento.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

17:22 18/10/2011 000132 000 ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 821/11

Projeto de Lei nº. 821/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 066/11

Súmula: Institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

EMENTA: INSTITUI A AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO – APD E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 170 E 174 CF. ARTS. 65, 66, 87, 133, 134 E 146 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo instituir a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei Complementar, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, é importante salientar que a ordem econômica brasileira está prevista no artigo 170 da Constituição Federal:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Neste aspecto, o jurista Nelson Nery, em sua obra *Constituição Federal Comentada* afirmou o seguinte ao remeter-se ao caput deste artigo:

"4. Desenvolvimento econômico e social. A ordem econômica está vinculada ao desenvolvimento econômico em concomitância do social. Para atingir tal desiderato, a atividade econômica por parte do Estado precisa ser planejada de maneira integrada. A atuação econômica estatal deverá ser integrada a um planejamento ambiental que racionalize o aproveitamento energético, aquático e que esteja comprometido com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A atuação econômica também precisa estar integrada à pesquisa científica e tecnológica, em que toda a orientação está voltada para a promoção do bem estar dos cidadãos".¹

A Constituição Federal enuncia que o Estado exercerá como agente normativo e regulador da atividade econômica as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, nos termos do art. 174:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da

¹ NERY JUNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Constituição Federal comentada e legislação constitucional*, São Paulo - SP: Revista dos Tribunais., 2009. 2 ed. pg. 639.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (grifo nosso)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.









Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

Concedido Vistas ao Senhor Deputado Tadeu Venari Em 25, 10, 2011 CCJ
--





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 821/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 66/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de interesse e finalidade públicos, sob a modalidade de serviço social autônomo e adota outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta-se plenamente justificada.

Salienta-se ainda, na justificativa do autor que no caso de extinção da Agência Paraná de Desenvolvimento – APD, a integralidade do seu patrimônio será revertida ao Estado do Paraná, salvo se lei especial dispuser de outro modo.

Ainda, observe-se que a instituição da Agência Paraná de Desenvolvimento - APD, objeto da referida proposta, está em consonância com os arts. 66 e 87, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Assim sendo, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 02

PLENÁRIO
DA

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11.

EM 28 NOV 2011

Súmula: Exclui o inciso V, do artigo 5º, do Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º Fica excluído o inciso V, do artigo 5º, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

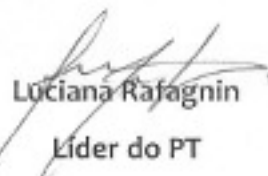
Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.


Enio Verri

Líder da Oposição


Elton Welter

Deputado Estadual


Luciana Rafagnin

Líder do PT


Péricles de Mello

Deputado Estadual


Prof. Lemos

Deputado Estadual


Tadeu Veneri

Deputado Estadual


Toninho Wandscheer

Deputado Estadual


Antonio Anibelli Neto

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 03
PLENÁRIO
DAP
Em

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11.

28 NOV. 2011

Súmula: Altera a redação do caput do artigo 7º, do Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º Altera o caput artigo 7º, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.7º. A administração social da APD será exercida por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, composta por 3 (três) membros, cuja remuneração não excederá o teto salarial dos Diretores Gerais das Secretarias de Estado do Paraná e será definida pelo Conselho de Administração e homologada pelo Governador do Estado.”

9599-654
"A"

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

Enio Verri
Líder da Oposição

Elton Weller
Deputado Estadual

Luciana Rafagnin
Líder do PT

Péricles de Mello
Deputado Estadual

Toninho Wandscheer
Deputado Estadual

Prof. Lemos
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Antonio Anibelli Neto
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 04
PLENÁRIO
DA
EM 28 NOV 2011


EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11.

Súmula: Inclui o inciso VIII, no parágrafo 2º, do artigo 7º, do Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.


Art. 1º. Inclui o inciso VIII, no parágrafo 2º, do artigo 7º, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“VIII – 06 (seis) representantes da sociedade civil, escolhidos na forma estabelecida em regulamento.”


Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

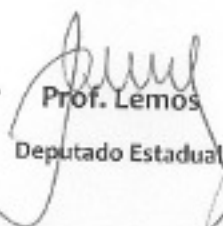

Enio Verri
Líder da Oposição



Elton Welter
Deputado Estadual

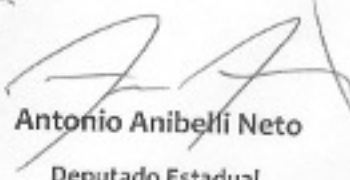

Luciana Rafagnin
Líder do PT


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Antonio Anibelli Neto
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA OS
PLENÁRIO
DAP

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11. EM 28 NOV 2011

Súmula: Altera o parágrafo único, do artigo 9º, do Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º. Altera o parágrafo único, do artigo 9º, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Para atendimento ao disposto no “caput” deste artigo, a APD procederá concurso público, precedido de edital com ampla divulgação, atendidos os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.”

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

Enio Verri

Líder da Oposição

Elton Welter

Deputado Estadual

Luciana Rafagnin

Líder do PT

Péricles de Mello

Deputado Estadual

Toninho Wandscheer

Deputado Estadual

Prof. Lemos

Deputado Estadual

Tadeu Veneri

Deputado Estadual

Antonio Anibelli Neto

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 06

PLENÁRIO

DAP

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11. Em 28 NOV. 2011

Súmula: Altera o artigo 13, do Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º. Altera o artigo 13, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Em caso de extinção da APD, a integralidade do seu patrimônio será revertida ao Estado do Paraná.”

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

Enio Verri
Líder da Oposição

Elton Welter
Deputado Estadual

Luciana Rafagnin
Líder do PT

Péricles de Mello
Deputado Estadual

Toninho Wandscheer
Deputado Estadual

Prof. Lemos
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Antonio Anibelli Neto
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 07
PARECER
DA
EM

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11.

28 NOV. 2011

Súmula: Inclui o artigo 15 ao Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º. Inclui o artigo 15, ao Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. A APD enviará à Assembleia Legislativa, relatório semestral de suas atividades e exercício fiscal e/ou financeiro.”

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

Enio Verri

Líder da Oposição

Elton Welter

Deputado Estadual

Luciana Rafagnin

Líder do PT

Péricles de Mello

Deputado Estadual

Toninho Wandscheer

Deputado Estadual

Prof. Lemos

Deputado Estadual

Tadeu Veneri

Deputado Estadual

Antonio Anibelli Neto

Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 821/11

Projeto de Lei nº 821/11

Autor da emenda nº 01; 02; 03; 04; 05; 06 E 07 - Bancada do PT.

Súmula: Institui a Agência Paraná de Desenvolvimento - APD e adota outras providências.

EMENTA: OBJETIVA SUPRIMIR OS INCISOS II E V DO ARTIGO 5º; MODIFICAR A REDAÇÃO DO CAPUT DO ARTIGO 7º; DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 9º E DO ARTIGO 13; INCLUIR O INCISO VII, NO PARÁGRAFO 2º, DO ARTIGO 7º E O ARTIGO 15 NO PROJETO DE LEI 821/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS N.º 01; 02; 03; 04; 05 E 06. APROVAÇÃO DA EMENDA N.º 07 NOS TERMOS DA SUBMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento - APD, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Hermas Brandão Junior.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emendas Supressivas, Modificativas e Aditivas, de autoria da Bancada do PT. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

DAS EMENDAS SUPRESSIVAS

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressiva, vide §1º deste mesmo artigo, aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que as presentes emendas supressivas de plenário n.º 01 e 02 estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAS EMENDAS MODIFICATIVAS

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa, vide §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. [grifo nosso].

Assim, verifica-se que as presentes emendas modificativas de plenário n.º 03; 05 e 06 estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

DAS EMENDAS ADITIVAS

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa, vide §3º deste mesmo artigo, aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. •

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. [grifos nossos]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assim, verifica-se que a presente emenda aditiva de plenário n.º 04 está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa a emenda ora em tela, exatamente como preceitua a Lei Complementar Federal n.º 95/98 em seu art. n.º 12¹, propõe-se a subemenda, que segue em anexo, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

¹ Art. 3º - A Lei será estruturada em três partes básicas:
(...)

III - **parte final, compreendendo** as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, **se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação**, quando couber. (grifos nossos)




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** das Emendas Supressivas n.º 01 e 02; Modificativas n.º 03; 05 e 06 e Aditiva n.º 04 da Bancada do PT e; pela **APROVAÇÃO** da Emenda Aditiva n.º 07 na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Comissões, em 29 de Novembro de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

SUBEMENDA A EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N.º 07

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, § 3º, 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Aditiva de Plenário ao Projeto de Lei n. 039/11 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Súmula: Inclui o artigo 14 ao Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º - Inclui o artigo 14, ao Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 – A ADP enviará à Assembléia Legislativa, relatório semestral de suas atividades e exercício fiscal e/ou financeiro."

Art. 2º - O Art. 14 do Projeto de Lei 821/11 fica renumerado para art. 15.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

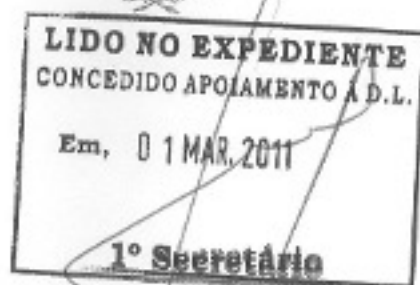

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury

Deputado Osmar Bertoldi



PROJETO DE LEI nº 120/11

Súmula:

“Dispõe sobre prática de esporte de aventura no Estado do Paraná, e dá outras providências.”

Art. 1º - A promoção do esporte de aventura no Estado do Paraná, como atividade comercial ou atividade coletiva de recreação e lazer, de caráter público ou privado, observará o disposto nesta lei.

Parágrafo único - Para os fins desta lei, consideram-se esporte de aventura as modalidades esportivas de recreação que ofereçam riscos controlados à integridade física de seus praticantes e exijam o uso de técnicas e equipamentos especiais.

Art. 2º - A prática dos esportes de aventura pautar-se-á pela preservação da integridade física de seus praticantes, observado ainda o controle dos impactos da atividade sobre o meio ambiente e as comunidades envolvidas.

Art. 3º - São requisitos para a promoção do esporte de aventura, nos termos da legislação em vigor:

I - autorização do Corpo de Bombeiros Militar para a realização da atividade;

II - autorização do órgão competente para a utilização de locais públicos ou privados para a realização da atividade;

III - responsabilização técnica de profissional habilitado pela atividade;

IV - utilização de equipamentos e técnicas adequadas à atividade;

V - acompanhamento das atividades por monitores habilitados;

VI - prestação de primeiros socorros no local onde se realize a atividade, se necessário;

VII - condições de resgate da vítima, em caso de acidente.

Parágrafo único - Os equipamentos utilizados na prática de esportes de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável em nível estadual ou federal.



Art. 4º - Fica o promotor de esportes de aventura obrigado a:

I - colher assinatura dos praticantes em termo de responsabilidade, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada e os riscos a ela inerentes;

II - divulgar publicamente, nos locais onde atue, as informações necessárias ao seguro desenvolvimento de suas atividades.

Art. 5º - As agências de turismo que operam com esporte de aventura deverão obter licenciamento específico para o exercício da atividade, nos termos desta lei e de seu regulamento.

Art. 6º - Na prática de esporte de aventura, deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 7º - As concessões para o funcionamento das atividades esportivas de que trata esta lei serão anuais, sendo exigidas, para sua renovação, vistoria do material utilizado e atualização de cadastro dos profissionais envolvidos na atividade.

Art. 8º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às seguintes sanções, nos termos do regulamento:

I - multa;

II - suspensão temporária da atividade;

III - interdição total ou parcial do estabelecimento ou da atividade;

IV - cassação da licença do estabelecimento ou da atividade.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 28 de fevereiro de 2011.



OSMAR BERTOLDI

DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

A presente proposição pretende dispor sobre a atividade de turismo de aventura no âmbito do Estado do Paraná, com o escopo de ordenar a atividade, preservar os espaços naturais, garantir a segurança dos usuários e qualificar os profissionais envolvidos na operação das respectivas modalidades.

É notória a evolução desse tipo de atividade turística, que vem crescendo e despertando o interesse das mais variadas gerações, credenciando-se como nova opção para as práticas náuticas, de montanhismo, de vôo livre e trilhas. Não há legislação específica que discipline a matéria, e algumas regras existentes para o setor não conferem o necessário caráter profissional à atividade, de forma que venha a garantir segurança e melhor capacitação aos profissionais da área.

Para o mercado do turismo de aventura, o panorama não se limita apenas aos lugares em que o turista enfrenta os desafios da natureza. Hoje há interesses em destinos como centro de terapia, pois muitas pessoas procuram tais eventos turísticos na busca do auto-conhecimento e do desenvolvimento espiritual e, não raro, para trabalhar em projetos de conservação ambiental.

Como se pode verificar, o verdadeiro turismo de aventura é aquele que obedece aos padrões éticos dos esportes, que leva em conta a noção de desenvolvimento sustentado, feito de forma a garantir a segurança dos turistas e praticado tendo em vista a visão de desenvolvimento sustentado, em que se preserva a natureza e se geram emprego e renda.

Assim, as atividades de turismo de aventura serão sempre exercidas em locais adequados, com utilização de equipamentos em perfeito estado de manutenção e com orientação de profissionais capacitados, visando à máxima segurança do usuário. Para tanto, devem ser utilizados equipamentos de qualidade e respeitadas normas de segurança, e a mão-de-obra deve ser qualificada e passar por uma constante reciclagem.

O turismo de aventura pode inserir-se como espécie do gênero ecoturismo, se houver observâncias dos princípios de desenvolvimento sustentado, devendo a respectiva prática ser feita de maneira a causar o mínimo impacto à natureza e a não causar danos irreversíveis ou desnecessários que atinjam os recursos naturais e culturais utilizados em curto ou longo prazo, tendo em vista que sua prática deve trazer mais benefícios às comunidades locais do que prejuízos. Isso inclui, tanto quanto possível, empregar mão-de-obra e recursos locais, com o cuidado de não descaracterizar culturalmente nem socialmente a comunidade da região.

Assim, a proposta tem o cuidado de prever que, para o exercício das atividades de turismo de aventura, o esforço físico e a preocupação com a manutenção do meio ambiente devem estar sempre aliados, de forma que os praticantes observem as características da paisagem visando à redução de impactos sonoros, visuais e atmosféricos no local adequado à sua prática.



PARECER AO PROJETO DE LEI N. 120/2011
DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTORIA: DEPUTADO OSMAR BERTOLDI

SÚMULA: “Dispõe sobre Prática de Esporte de Aventura no Estado do Paraná, e dá outras providências”.

EMENTA: REAPRESENTAÇÃO DE PROJETO. REGULAMENTA A PRÁTICA DE ESPORTE DE AVENTURA. PARECER FAVORÁVEL.

I. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto a análise do Projeto de Lei nº 120/2011, de autoria do ilustre Deputado Osmar Bertoldi, o qual dispõe sobre regulamentação da Prática de Esporte de Aventura no Estado do Paraná.

É consabido, cabe à Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 33, §2º, manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

II. VOTO

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Saete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Inicialmente, cumpre gizar o artigo 66, estabelece como competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre as Secretarias de Estado:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgão da administração pública. (Grifo nosso).

Nesse sentido o ora projeto de lei em análise não possui a finalidade de criação, estruturação ou atribuição de competência das Secretarias de Estado mas, tão somente visa regulamentar uma atividade explorada pelo setor privado, criando mecanismos de proteção à vida e à saúde do praticante do Esporte de Aventura.

A Constituição Federal também prevê em seu artigo 24, que “**Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**”

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;



Deste modo tratando do tema relativo à competência legislativa concorrente, a Carta Política, em seu art. 24 e parágrafos, limitou a União ao estabelecimento de normas gerais, reservando aos Estados e ao DF a possibilidade de legislar atendendo às suas peculiaridades.

Também, diante da análise da legitimidade e competência para propositura do projeto de lei, a teor do artigo 124 do RI, o Projeto de Lei em comento não está dentre as matérias privativas do Executivo.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer restrição.

III. PARECER

Assim sendo, o Projeto de Lei em comento, sob os aspectos constitucionais, jurídicos e legais, merece análise favorável.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.

[assinatura]
Deputado Nelson Justus
Presidente

[assinatura]
Deputado Hermas Junior
Relator

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Saete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/11

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, tem por objetivo dispor sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná.

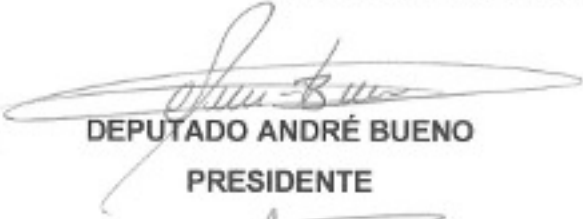
Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

O turismo de aventura vem ganhando adeptos, crescendo e despertando o interesse de todas as gerações. É um mercado comercial promissor, e como tal, exige que tenham normas para dar maior segurança aos que o praticam e maior proteção ao meio ambiente.

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria de suma importância, e por afetar vários setores do comércio, indústria, turismo, exaramos parecer pela oitiva de representantes desta área, para que possamos ter subsídios para exarar nosso parecer posteriormente.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2011.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Esportes



PARECER

Projeto de Lei nº 120/11

Autor: DEP. OSMAR BERTOLDI

Súmula: "Dispõe sobre prática de esporte de aventura no Estado do Paraná, e dá outras providências."

O Projeto de Lei em análise tem como escopo regulamentar o oferecimento da prática do esporte de aventura no Estado do Paraná, com fins de fomentar o turismo de aventura, dando outras providências.

Aprovada sua constitucionalidade, tal Projeto recebeu parecer favorável quanto ao mérito nas demais comissões, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade. É o que dispõe o Regimento Interno da ALEP/PR:

Art. 33-S Compete à Comissão de Esportes manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades de esportivas.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, bem como restando evidente a importância da matéria, esta Comissão se manifesta exarando parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto em questão.

Sala das Comissões, em 23/11/11

DEPUTADO NEY LEPREVOST
PRESIDENTE

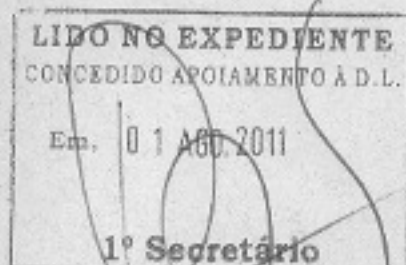
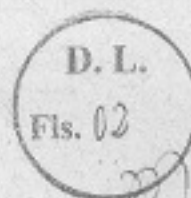
DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Hermas Junior

PROJETO DE LEI Nº

589/11



Súmula: Assegura o acesso gratuito, aos menores de 12 (doze) anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ,

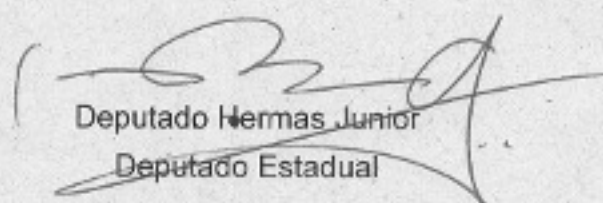
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurado o acesso gratuito aos menores de 12 (doze) anos que estejam acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios localizados no Estado do Paraná

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de de 2011

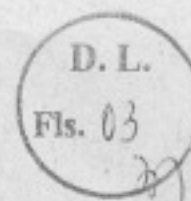

Deputado Hermas Junior
Deputado Estadual

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3, andar
Curitiba-PR, CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

1431 01/08/2011 085694 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Hermas Junior



JUSTIFICATIVA

As normativas que nos regem, desde a Constituição Federal, em seu artigo 227, até o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90), em seus artigos 3º, 4º, 59 dentre outros, referem-se ao **convívio familiar e ao lazer como atos constitutivos da proteção integral a ser destinada às crianças e adolescentes.**

Os Jogos de Futebol, consagrados como "Grande Paixão Nacional", é uma das principais, senão muitas vezes a única forma acessível de lazer para muitos brasileiros. Devolver aos estádios o caráter lúdico e familiar tem sido um desafio enfrentado por todos os envolvidos com o futebol, desde os meios de comunicação, a segurança pública, até os clubes e os atletas, interessados em manter vivo o esporte que mais mobiliza nossas emoções. Além disso, o convívio familiar desperta na criança e no adolescente a mais importante dentre nossas emoções, mormente quando compartilhados da emoção do esporte.

O alto custo para assistir a um jogo, seja de futebol ou outros esportes, considerando o transporte coletivo, ingressos e alimentação, é um dos obstáculos para que a maioria das famílias brasileiras possam ocupar os estádios. A Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 217, § 3º, dispõe que "**o poder público incentivará o lazer como forma de inclusão social**".

Garantir a gratuidade do acesso aos estádios para as crianças acompanhadas de seus responsáveis, além de instrumento para inclusão social, promoção explícita da convivência familiar, sintonia com os apelos pela Paz nos estádios, contribui também com a formação dos futuros torcedores.

O lazer funciona como fonte geradora de energia e bem-estar do indivíduo. Além de todos esses benefícios que o lazer traz para o desenvolvimento físico e mental das pessoas, atua como importante instrumento de agregação social, combatendo as diversas formas de discriminação social.

Já há normas similares à matéria apresentada. As Normas Orgânicas do Futebol Brasileiro – RD. NR. 01/91, aprovada pela Diretoria da CBF em reunião realizada em 21 de fevereiro de 1991, determina em seu Art. 83 o que segue:

Art. 83º - Os menores de doze anos de idade estão isentos do pagamento de ingressos nos jogos dos campeonatos brasileiros de futebol profissional

§ 1º - O pai ou responsável legal do menor a que se refere o item anterior deverá solicitar da Federação local a expedição da respectiva credencial,

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. andar
Curitiba-PR, CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

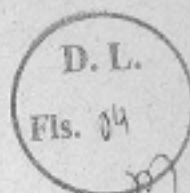
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Hermas Junior

mediante prova da menoridade estabelecida neste artigo.

Da mesma forma, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, promulgou a Lei nº 4.476, de 28 de dezembro de 2004, que registra matéria similar, assim como, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Considerando o exposto, contamos com o acolhimento dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas para que a presente proposição, após a tramitação e aprovação nesta Casa Legislativa, seja sancionada pelo Senhor Governador do Estado.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 589/2011

Projeto de Lei nº 589/2011.

Autor: Deputado Estadual Hermas Brandão Junior

Súmula: Assegura o Acesso Gratuito, aos menores de 12 (Doze) anos acompanhados de Responsável, às Atividades Desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná.

EMENTA: DIREITO DA CRIANÇA, DO JOVEM E DO ADOLESCENTE AO LASER. ACESSO GRATUITO, AOS MENORES DE 12 (DOZE) ANOS ACOMPANHADOS DE RESPONSÁVEL, ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA. ART. 65 DA CE E ARTS. 121 E 124, DO REGIMENTO INTERNO. DIREITO SOCIAL AO LASER, ART. 6 DA CF. DIREITO ASSEGURADO PELO ESTADO E PELA FAMÍLIA, ART. 217 E 277, DA CF. DIREITO ASSEGURADO TAMBEM PELAS NORMAS ORGÂNICAS DO FUTEBOL BRASILEIRO, ART. 83, § 1º, DA RDI Nº 01/91. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORAVEL NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Hermas Brandão Junior, tem por finalidade* assegurar o Acesso Gratuito, aos menores de 12 (Doze) anos acompanhados de Responsável, às Atividades



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná, tendo como objetivo garantir o lazer e o convívio em família.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 65, a Assembléia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corroborando com tal entendimento, o REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:

Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

No que diz respeito assegura o acesso gratuito, aos menores de 12 (doze) anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece o lazer como direito social, senão vejamos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL estabelece ainda como sendo dever do Estado o fomento a prática desportiva, observando o lazer como forma de promoção social, e como sendo dever do Estado e da família a garantia à criança, ao jovem e ao adolescente o direito ao lazer, senão vejamos:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Não obstante as garantias constitucionais, as Normas Orgânicas do Futebol Brasileiro, a RDI Nº 01/91, aprovado pela Confederação Brasileira de Futebol, já garante aos menores de doze anos o acesso gratuito em jogos do Campeonato Brasileiro, senão vejamos:

ART. 83 - Os membros de doze anos de idade estão isentos do pagamento de ingressos nos jogos dos Campeonatos Brasileiros de Futebol Profissional.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1 - O pai ou responsável legal do menor a que se refere o item anterior deverá solicitar da federação local a expedição da respectiva credencial, mediante prova da menoridade estabelecida neste artigo.

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei encontra-se revestido de constitucionalidade e legalidade, não encontrando óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a **LEI COMPLEMENTAR 95/98**, tendo em vista que tal artigo determina que "ficam revogadas as disposições em contrário", senão vejamos:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Assim, sugere-se a **Emenda Supressiva** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar este vício, suprimindo o artigo 2º do Projeto de Lei.

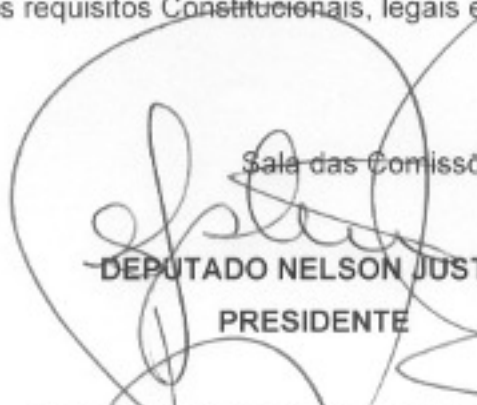


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



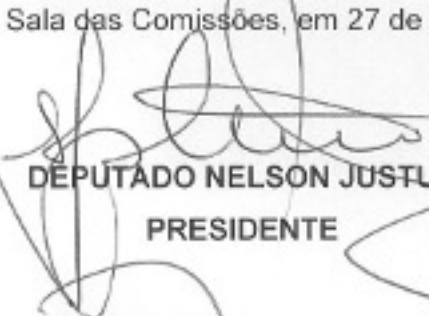
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA SUPRESSIVA - PROJETO DE LEI N.º 589/11





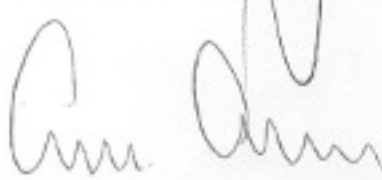
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, tendo como finalidade suprimir parte do artigo 2º, que contará com a seguinte redação:

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E
DO IDOSO

Projeto de Lei nº 589/2011

Autoria: Deputado HERMAS JUNIOR

O Projeto de Lei nº 589/2011, de autoria o nobre Deputado Hermas Junior, tem como objetivo assegurar o acesso gratuito aos menores de 12 anos, acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios localizados no Estado do Paraná, com vistas ao lazer e convívio familiar.

O mencionado projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com Emenda supressiva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

24

Analisando a proposição, esta Comissão entende não haver qualquer óbice à sua normal tramitação, até porque, aprovado, o projeto virá beneficiar um grande número de crianças/adolescentes, razão porque, nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

Deputada ROSE LITRO

Presidente

Deputado CAIO QUINTANA

Relator

Meo. Vi



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Esportes

PARECER

Projeto de Lei nº 589/11

Autor: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

Súmula: Assegura o acesso gratuito aos menores de 12 (doze) anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná.

O Projeto de Lei em análise tem como escopo assegurar o acesso gratuito aos menores de 12 (doze) anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná.

Aprovada sua constitucionalidade, o presente Projeto recebeu parecer favorável quanto ao mérito nas demais comissões, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade. É o que dispõe o Regimento Interno da ALEP/PR:

Art. 33-S Compete à Comissão de Esportes manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades de esportivas.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, bem como restando evidente a importância da matéria, esta Comissão se manifesta exarando parecer FAVORÁVEL ao Projeto em questão.

Sala das Comissões, em 23/11/11

DEPUTADO NEY LEPREVOST
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº

743/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 13 SET 2011

1º Secretário

Súmula: Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Reginaldo Czezacki.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Reginaldo Czezacki.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 2011.


DR. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Reginaldo Czezacki, nasceu e cresceu no Município Ponta Grossa, filho de Poloneses, sua origem é simples, seu pai o Senhor Aleixo, foi motorista de ônibus e sua mãe Senhora Rosália, costureira. Sempre primaram por boa educação, formação, princípios de integridade e honestidade. Aos 24 anos mudou-se para Maringá, acreditava na Região e naquele tempo, em 1992, trazia com sua família e sua esposa a Senhora Helena Czezacki, um espírito de luta, perseverança e determinação com essas premissas iniciou sua atividades comerciais e sua vida na Cidade de Maringá.

O seu vasto curriculum vitae, em anexo, justifica a proposição ora apresenta e que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 743/2011

Projeto de Lei nº 743/2011

Autor: Deputado Estadual Dr. Batista

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR REGINALDO CZEZACKI.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná **AO SENHOR REGINALDO CZEZACKI.**

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



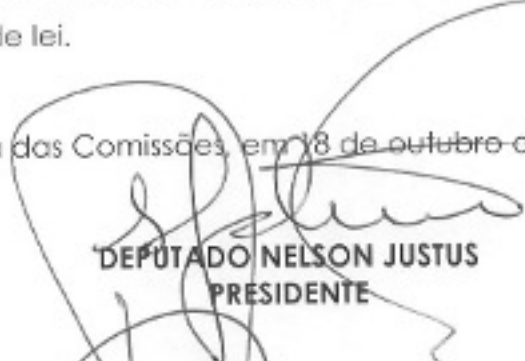
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

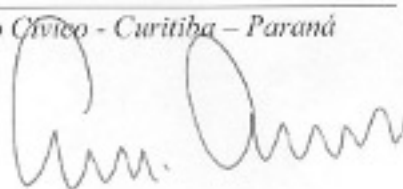
CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



PROJETO DE LEI N.º 901/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar os trechos que especifica.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar os seguintes trechos rodoviários:

I – Entroncamento da PRC-466 - Sede do Município de Arapuã, com extensão de 7,19 km;

II – Entroncamento da PRC-466 - Sede do Município de Boa Ventura de São Roque, com extensão de 10,70km;

III – Entroncamento da PR-364 - Sede do Município de Campina do Simão, com extensão de 27,18 km;

IV – Entroncamento da PR-449 - Sede do Município de Coronel Domingos Soares, com extensão de 13,41 km.

V - Entroncamento da PR-481 (Ampére) - Entroncamento PR-878 (Pinhal de São Bento) – 16.5 km,

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de outubro de 2011, 190º da Independência e 123º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 75/2011

Curitiba, 20 de outubro de 2011

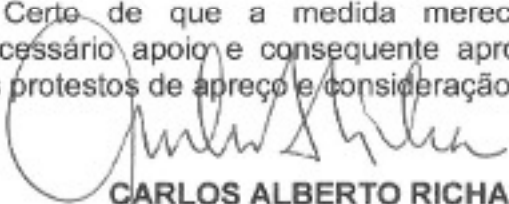
Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a estadualizar os trechos rodoviários que especifica, que compõe o Programa de Ligação de Sedes Municipais à Rede Rodoviária Estadual, para fins de apreciação por essa Assembleia Legislativa.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a presente proposta visa atender ao interesse público, uma vez que a estadualização dos citados trechos rodoviários contribuirá no desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Arapuá, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Coronel Domingo Soares e Ampere, melhorando o acesso de suas populações aos serviços públicos ofertados nos grandes centros urbanos.

Ressaltamos que o programa ora proposto foi elaborado com base nas manifestações de moradores, lideranças comunitárias e políticas, sendo de grande interesse para os municípios.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

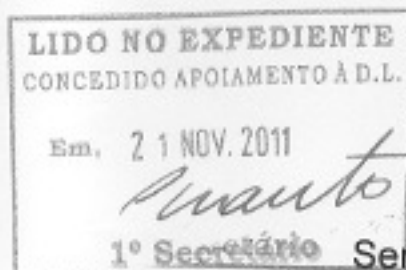
Excelentíssimo Senhor
Deputado Valdir Rossoni
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

Prot. N.º 07.926.875-61 (público)

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 24 de outubro de 2011
OF CEE/G 175/11



1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 75/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a estadualizar trechos rodoviários que compõem o Programa de Ligação de Sedes Municipais à Rede Rodoviária Estadual.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

14:16 21/11/2011 009238 DAP RESSUMIDO LEGISLATIVO DO PMSM

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 901/11

Projeto de Lei nº. 901/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 075/11

EMENTA: ESTADUALIZAÇÃO DE TRECHOS
RODOVIÁRIOS. PODER EXECUTIVO
POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO
CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE
AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE.
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA
APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo estadualizar os seguintes trechos rodoviários:

- PRC-446 no município de Arapuã, com extensão de 7,19Km;
- PRC-466 no município de Boa Ventura de São Roque, com extensão de 10,70Km;
- PR-364 no município de Campina do Simão, com extensão de 27,18Km e;
- PR-449 no município de Coronel Domingos Soares, com extensão de 13,41Km.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Desta maneira, não havendo óbices, opina-se pela aprovação do projeto de lei

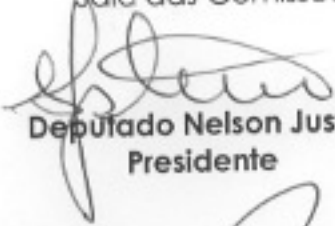


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 28 de Novembro de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Elio Rusch
Relator










~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 915/2011

Súmula: Dispõe sobre as regras para qualificação de entidades como Organizações Sociais no âmbito do Estado do Paraná, cujas finalidades estatutárias sejam atinentes às atividades e serviços prestados pelo Estado, vedados os casos de exclusividade do Poder Público.

CAPÍTULO I
DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Seção I
Da Qualificação

Art. 1.º – O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, organizadas para fins não econômicos, cujas finalidades estatutárias sejam atinentes às atividades e serviços prestados pelo Estado, vedados os casos de exclusividade do Poder Público.

§ 1.º As ações voltadas ao fomento das Organizações Sociais serão coordenadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral.

§ 2.º A implementação das ações programadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral não impedem a Administração Pública Estadual de, observado o interesse público, promover a concessão ou permissão de serviços.

§ 3.º A gestão, por entidades qualificadas como Organizações Sociais, de atividades e serviços atualmente desempenhados por órgãos e entidades públicos do Estado do Paraná, será promovida sem prejuízo da continuidade da correspondente prestação dos serviços à população beneficiária.

§ 4.º A execução das atividades pelas Organizações Sociais de que trata esta Lei, pressupõe prévia manifestação da Secretaria de Estado da área correspondente, em parecer favorável, demonstrando a sua conveniência e oportunidade.

§ 5.º No que concerne às atividades atinentes ao ensino, fica vedada a contratação de Organizações Sociais para a prestação de serviço de ensino regular (fundamental, médio e superior) no Estado do Paraná.

Art. 2.º – São requisitos específicos para que as pessoas jurídicas habilitem-se à qualificação como Organização Social:

GABINETE DO GOVERNADOR



I – comprovar o registro de seu ato constitutivo ou alteração posterior, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não econômica, com obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) aceitação de novos membros ou associados, na forma do estatuto, no caso das associações civis;
- d) previsão de incorporação integral do patrimônio, legados ou doações que lhes foram destinados por força do Contrato de Gestão e a ele afetados, bem como dos excedentes financeiros vinculados ao referido instrumento, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social congênere qualificada no âmbito do Estado na mesma categoria, ou ao patrimônio do Estado ou dos municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;
- e) previsão de adoção de práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Estado, de relatórios financeiros, elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, e dos relatórios de execução do Contrato de Gestão; e
- g) proibição de distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive, no caso das associações civis, em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.

II – dispor, a entidade, da seguinte estrutura básica:

- a) Assembleia Geral, como órgão de deliberação superior, para as associações civis;
- b) Conselho Curador, Deliberativo ou Superior, como órgão de deliberação superior, para as fundações privadas;
- c) Diretoria Executiva ou instância equivalente, como órgão de gestão; e
- d) Conselho Fiscal ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil e financeira da entidade.

Art. 3.º – A entidade que decidir pleitear sua qualificação como Organização Social deverá manifestar sua vontade mediante requerimento de qualificação, a ser encaminhado ao Secretário de Estado da área correspondente à sua finalidade estatutária, acompanhado de cópia autenticada dos seguintes documentos:

GABINETE DO GOVERNADOR



- I – estatuto devidamente registrado em cartório;
- II – ata de eleição ou nomeação dos integrantes da atual Diretoria Executiva ou instância equivalente;
- III – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- IV – plano estratégico da entidade;
- V – comprovante de experiência anterior na execução de projetos, programas ou planos de ação relacionados à atividade da qualificação pretendida, quando for exigido;
- VI – currículo dos membros da Diretoria Executiva ou instância equivalente;
- VII – qualificação dos membros da equipe técnica da entidade; e
- VIII – documentação comprobatória de regularidade fiscal, previdenciária e fundiária.

§ 1.º O requerimento de que trata o *caput* deste artigo deverá ser examinado pela Secretaria de Estado correspondente à atividade estatutária da entidade para verificação dos seguintes aspectos:

- I – cumprimento das exigências desta Lei; e
- II – demonstração da capacidade técnica e operacional da entidade para a eventual gestão de atividades e serviços a serem descentralizados.

§ 2.º Atendidos os pressupostos previstos no parágrafo anterior, será o processo encaminhado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, para análise e parecer.

§ 3.º Sendo favoráveis os pareceres para qualificação da entidade como Organização Social, o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral encaminhará exposição de motivos ao Chefe do Poder Executivo, acompanhada da minuta de decreto específico de qualificação da entidade como Organização Social.

Art. 4.º – A qualificação da entidade como Organização Social dar-se-á por ato do Governador do Estado.

Seção II **Da Desqualificação**

Art. 5.º – A entidade será desqualificada como Organização Social, mediante decreto específico do Chefe do Poder Executivo, nos seguintes casos:

- I – dispor, de forma irregular, dos recursos, ou bens que lhe forem destinados;

GABINETE DO GOVERNADOR



II – incorrer em irregularidade fiscal ou trabalhista;

III – descumprir os termos da legislação vigente, bem como as normas estabelecidas nesta Lei; e

IV – descumprir quaisquer das cláusulas consignadas no Contrato de Gestão.

Parágrafo único. A perda da qualificação de que trata este artigo dar-se-á mediante decisão proferida em processo administrativo, instaurado na respectiva Secretaria de Estado da área correspondente, devendo ser observado o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 6.º – A perda da qualificação como Organização Social importará na rescisão de eventual Contrato de Gestão já firmado entre a entidade e a Administração Pública Estadual.

Parágrafo único. Decretada a desqualificação da entidade como Organização Social, os bens cujo uso lhe tenha sido permitido, bem como o saldo dos recursos entregues para a execução do Contrato de Gestão, deverão ser revertidos, imediatamente, ao Estado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO II DO CONTRATO DE GESTÃO Seção I

Da Definição, Elaboração e Celebração

Art. 7.º – Para os efeitos desta Lei, entende-se por Contrato de Gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de uma parceria entre as partes para gestão de atividades relativas às áreas previstas no *caput* do artigo 1.º desta Lei.

Art. 8.º – Na elaboração do Contrato de Gestão, deverão ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, bem como deverá discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público Estadual e da Organização Social, e também os seguintes preceitos:

I – especificação do programa de trabalho proposto pela Organização Social, devendo conter os objetivos, a justificativa, a relevância, os órgãos e entidades públicos e privados envolvidos na execução, a estipulação das metas e prazos de execução, bem como critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II – que, em caso de rescisão ou término do Contrato de Gestão ou de extinção da entidade, os bens adquiridos pela Organização Social na execução do contrato serão incorporados ao patrimônio do Estado;

GABINETE DO GOVERNADOR



III – previsão para que o Poder Público possa requisitar a apresentação pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Estado.

Art. 9.º – A celebração dos contratos de que trata o art. 7.º será precedida de convocação pública das Organizações Sociais, por intermédio do Diário Oficial do Estado, para que todas as interessadas em celebrá-lo possam apresentar seu programa de trabalho.

Art. 10 – O Poder Público dará publicidade da decisão de firmar cada Contrato de Gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas, e das entidades que manifestaram interesse na celebração de cada Contrato de Gestão.

Art. 11 – O Contrato de Gestão celebrado pelo Estado será publicado no Diário Oficial do Estado, devendo constar, ao menos, a súmula do objeto do contrato.

Seção II

Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 12 – A execução do Contrato de Gestão celebrado por Organização Social será supervisionada pelo Secretário de Estado da pasta envolvida, nas áreas correspondentes.

§ 1.º – Os resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão serão analisados, em período não superior a seis meses, por Comissão de Avaliação e Fiscalização indicada pelo Secretário de Estado competente, composta por profissionais de notória especialização, que emitirá relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controle interno e externo do Estado do Paraná.

§ 2.º – Será formada uma comissão de avaliação e fiscalização da execução por Contrato de Gestão das organizações sociais, da qual trata o parágrafo anterior, compondo-se de 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) servidores públicos efetivos indicados pelo Secretário de Estado da área correspondente, reservando-se, também, 2 (duas) vagas para membros integrantes indicados pela sociedade civil organizada. A comissão deverá encaminhar, semestralmente, relatório de suas atividades à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral.

Art. 13 – Em caso de risco na execução das obrigações assumidas no Contrato de Gestão, será de competência do Estado assumir a execução dos serviços, com garantia de sua continuidade.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 1.º – A intervenção será realizada mediante Decreto emitido pelo Chefe do Poder Executivo, o qual indicará o interventor e mencionará os objetivos, limites e duração, esta não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2.º – Decretada a intervenção, a comissão de avaliação e fiscalização indicada pelo Secretário de Estado da área correspondente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato respectivo, instaurar processo administrativo para apurar as causas determinantes da medida e definir as devidas responsabilidades, sem quaisquer prejuízos à ampla defesa e ao contraditório.

§ 3.º – Cessados os motivos geradores da intervenção e não constatada qualquer infração dos gestores, poderá a Organização Social retomar suas atividades.

§ 4.º – Em caso de comprovação de descumprimento desta Lei, ou mesmo do Contrato de Gestão, será declarada a desqualificação da entidade como Organização Social, com a devida reversão do serviço ao Estado, sem prejuízo de quaisquer outras sanções cabíveis.

§ 5.º – Enquanto durar a intervenção, os atos praticados pelo interventor deverão, obrigatoriamente, seguir as normas que regem toda a Administração Pública Estadual.

Art. 14 – Os responsáveis pela fiscalização da execução do Contrato de Gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, darão ciência ao Secretário de Estado da área correspondente, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 15 – Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais ao Tribunal de Contas e à Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 16 – O balanço e demais prestações de contas da Organização Social devem, necessariamente, ser publicados no Diário Oficial do Estado e analisados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Seção III Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 17 – As entidades qualificadas como Organizações Sociais ficam equiparadas, para todos os efeitos legais, como entidades de interesse social e utilidade pública estadual, durante o período de vigência do Contrato de Gestão.

Art. 18 – Serão destinados recursos orçamentários às Organizações Sociais classificadas e, eventualmente, bens públicos necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão, respeitados os limites legais e os interesses da Administração Pública.

§ 1.º – Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Contrato de Gestão.

§ 2.º – Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do Contrato de Gestão, parcela de recursos para fins do disposto no artigo 19 desta Lei, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social.

§ 3.º – Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais, consoante cláusula expressa do Contrato de Gestão.

Art. 19 – Poderão ser cedidos às Organizações Sociais, mediante permissão de uso, bens públicos imóveis necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão, nas condições previstas no art. 10 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 20 – Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Estado.

Parágrafo único – A permuta de que trata o *caput* deste artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

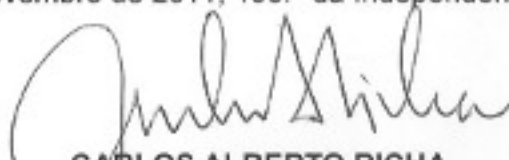
Art. 21 – A Organização Social fará publicar na Imprensa e no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do decreto de qualificação, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará na contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 22 – Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais não poderão exercer outra atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Art. 23 – O Poder Executivo regulamentará esta Lei por Decreto.

Art. 24 – Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 55/2011

Curitiba, 17 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre as regras para a qualificação de entidades como Organizações Sociais no âmbito do Estado do Paraná.

Inicialmente, cumpre mencionar que Organização Social é uma qualificação que a Administração outorga a uma associação civil ou fundação, sem fins lucrativos, e que necessariamente comunguem o interesse da comunidade. Com esta qualificação outorgada pelo Poder Público, aquela poderá receber determinados benefícios, especificamente quando selecionada para a consecução de serviços de interesse público na vigência de um Contrato de Gestão firmado com a Administração, tais como dotações orçamentárias, isenções fiscais, etc.

As Organizações Sociais surgiram no ordenamento jurídico pátrio no final da década de 90, fazendo parte de uma política de Reforma do Estado, sendo que tais organizações sociais foram a estratégia central para permitir e incentivar a publicização. Assim, nascia uma forma de incentivar a produção não lucrativa pela sociedade de bens ou serviços públicos não exclusivos do Estado, tendo como seu objetivo final maximizar os resultados da ação social em geral, atenuando disfunções operacionais do Estado.

Assim, a iniciativa das OSs (Organizações Sociais) difundiu-se pelo Brasil. Hoje, são vários os Estados que dispõem de regulamentação para a atuação de Organizações Sociais em diversos setores, dentre eles Sergipe, Bahia, São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco. Deste modo, as OSs atuam em áreas como a cultura, a ciência e tecnologia, a educação, a saúde e, ainda, nas mais diversas esferas onde a Administração se faz presente e que, indubitavelmente, tem o cidadão como seu destinatário final de serviços sociais.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA - PR

Prot. Nº 10.885.771-4
lhp/td

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



Desta forma, as OSs tornaram-se uma proposta de modelo de parceria entre o Estado e a Sociedade. Dito isto, vale ressaltar que o Estado continuará a fomentar as atividades publicizadas e exercerá sobre todas estas atividades um controle estratégico, cobrando resultados para o atendimento dos objetivos das políticas públicas. Insta salientar que isto ocorrerá pela forma de Contrato de Gestão.

Acerca do instrumento de Contrato de Gestão, vale destacar ensinamento de Hely Lopes Meirelles¹: *"O contrato de gestão tem sido considerado como elemento estratégico para a reforma do aparelho administrativo do Estado. Ele não apresenta uniformidade de tratamento nas várias leis que o contemplam, mas sua finalidade básica é possibilitar à Administração Superior fixar metas e prazos de execução a serem cumpridos pela entidade privada ou pelo ente da Administração indireta, a fim de permitir melhor controle de resultados"*.

Ademais, imperioso comentar as inúmeras vantagens que trazem as Organizações Sociais, tais como a significativa agilidade e qualidade nas aquisições de bens e serviços, refletindo esta agilidade na conservação do patrimônio público eventualmente cedido para a consecução das atividades contratadas para as OSs, dentre outras. Ainda, o maior ganho refere-se à gestão organizacional em geral, por conta dos mecanismos de controle finalísticos, ou seja, por meio de avaliação de resultados e atendimento de metas estabelecidas no Contrato de Gestão.

Por fim, cumpre ressaltar que é vedada a contratação de OSs (Organizações Sociais) para a prestação de serviço de ensino regular (ensino fundamental, médio e superior) e de Segurança Pública no Estado do Paraná.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

1 MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo, 15 ed., p. 419

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 17 de novembro de 2011
OF CEE/G 161/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 22/11/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 55/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre as regras para a qualificação de entidades como Organizações Sociais no âmbito do Estado do Paraná.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/GUI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 915/2011

Autor: PODER EXECUTIVO

Súmula: DISPÕE SOBRE AS REGRAS PARA QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ, CUJAS FINALIDADES ESTATUTÁRIAS SEJAM ATINENTES ÀS ATIVIDADES E SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO, VEDADOS OS CASOS DE EXCLUSIVIDADE DO PODER PÚBLICO.

EMENTA: COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO PARA PROPOSITURA. DISCUSSÃO DA MATÉRIA NO ÂMBITO DO STF. CONSTITUCIONALIDADE PRESUMIDA. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dispor sobre as regras para qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Estado do Paraná, cujas finalidades estatutárias sejam atinentes às atividades e serviços prestados pelo Estado, vedados os casos de exclusividade do Poder Público; vale dizer, para os serviços públicos atinentes ao Ensino regular (fundamental, médio e superior) e à Segurança Pública.

Prevê o Projeto:

- todas as ações serão coordenadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, a qual incumbirá, após análise prévia da Pasta correspondente à finalidade da prestação de serviços, emitir parecer e exposição de motivos ao Chefe do Poder Executivo para indicar a entidade como Organização Social, o que ocorrerá através de Decreto específico do Poder Executivo. No mesmo passo, cabe à Secretaria do Planejamento a apreciação dos relatórios das atividades da Comissão de Avaliação e Fiscalização da execução dos contratos de gestão entabulados.

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

Concedido Vistas
Senhor Deputado
<i>Sedes Deputados</i>
Em, 29, 11, 20 11
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- os requisitos específicos para que as pessoas jurídicas habilitem-se à qualificação como Organização Social, tanto no que toca à regularidade jurídica, como no que toca à estrutura básica para exercer as atividades afetas à sua finalidade.
- as formas de desqualificação da entidade como organização social, o que dá causa à rescisão do contrato de gestão e sobre procedimentos administrativos a serem instaurados pela Secretaria da área correspondente para apreciar eventuais irregularidades.
- a elaboração do contrato de gestão, o qual deve se dar em atenção aos Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, bem como discriminar todas as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público Estadual e da Organização Social.
- prévia convocação pública das organizações sociais, via Diário Oficial do Estado, as quais poderão apresentar seus planos de trabalho. —
- forma de execução do contrato de gestão a ser supervisionado pelo Secretário de Estado da Pasta envolvida, cujos resultados serão avaliados em período não superior a 6 meses por uma Comissão de Avaliação e Fiscalização composta por dois servidores públicos efetivos e dois integrantes indicados pela sociedade civil organizada.
- em caso de risco na execução das obrigações, o Estado assumirá a execução dos serviços, para garantir sua continuidade e a possibilidade de intervenção estatal na Organização Civil.
- destinação de recursos orçamentários, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato e eventualmente, a permissão de uso de bens públicos móveis ou imóveis para cumprimento do contrato de gestão.
- legitimidade de qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical para denunciar irregularidades à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas, o qual terá por incumbência a análise das contas das Organizações Sociais.
- prazo para a Organização Social publicar na imprensa e Diário Oficial do Estado regulamento próprio contendo procedimentos que adotará na contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público
- Incumbência do Poder Executivo regulamentar a lei por decreto.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermes Jr – 3. Andar – sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermesjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa dos projetos de lei apresentados para votação nesta Casa.

Nesta seara, passamos à análise detalhada do Presente Projeto de Lei.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art.65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87.

Vislumbra-se, dessa forma, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Como se disse inicialmente, o Projeto de Lei 915/2011 versa sobre tema relativamente novo na gestão pública brasileira que é a utilização do conceito de "Organizações Sociais", aplicando-o em todas as áreas da administração pública, exceto educação e segurança.

Inicialmente, relevante ressaltar que o conceito de gestão no Brasil vem sendo discutido desde a edição do "Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado", que se deu pela Medida Provisória nº 1.591 de setembro de 1997, convertida na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que criou o Programa Nacional de Publicização. O citado conceito foi introduzido pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, por proposta do então Ministro Bresser Pereira e com crescente adoção pelos Estados membros, até a presente data.

Os conceitos básicos, de forma sintética, definidos pelo idealizador da Reforma do Estado, Bresser Pereira, podem ser resumidos em delimitação das

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

funções do Estado, redução da interferência do Estado ao efetivamente necessário, aumento da governança do Estado, aumento da Governabilidade. Vale dizer, para o terceiro setor, pela proposta, foi definida a publicização, que pode ser entendida como a transferência da execução de serviços até então prestados pelo Estado, como os de saúde, cultura e pesquisa científica, para o setor público não-estatal.

A proposta partia da premissa de que o terceiro setor poderia prover os serviços de forma mais eficiente que o Estado, especialmente em relação às camadas mais carentes da população, bem como, de forma mais versátil.

Em 23 de abril de 1998, foi editada a Medida Provisória nº 1.648-7 editada originalmente sob o nº 1.591, de 09 de outubro de 1997 com o texto que veio a se transformar na Lei Nacional nº 9637/98, de 15 de maio de 1998, que previa a organização social como uma qualificação atribuída pelo Poder Público a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos.

Com a edição da lei, foi proposta Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, de n. 1923-MC/DF, contra a Lei nº 9637/98 (Organização Social) e, também contra o inciso XXIV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 (Licitações e Contratos), com a redação conferida pela Lei nº 9.648/98 de 27 de maio de 1998, que "Altera dispositivos das Leis nºs 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.937, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 07 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELÉTROBRAS e de suas subsidiárias e dá outras providências". Foi designado relator o Ministro Carlos Britto, no tocante ao mérito, que veio a substituir o Ministro Ilmar Galvão. A liminar foi julgada pelo Pleno e indeferida em 01º de agosto de 2007 transcorridos 8 (oito) anos e 8 (oito) meses, período em que vários Estados aprovaram pelo menos 9 (nove) Leis similares.

Permito-me aqui relatar os votos dos ministros, para perfeito entendimento da matéria:

-Ministro Ilmar Galvão (Relator) - votou indeferindo o pedido de liminar e afastou todas as alegações de inconstitucionalidade das normas impugnadas.

-Ministro Nelson Jobim, proferiu voto-vista em que acompanhou o relator (Ilmar Galvão) no indeferimento da liminar. Aduziu, ainda que a Lei 9.637/98 foi sancionada em 15 de maio de 1998 antecedendo a Reforma Administrativa efetivada pela EC 19, de 4 de junho de 1998 que ao incluir o parágrafo 8º, no artigo 37, da CF, possibilitou a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, a ser realizada mediante contrato de gestão.

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

-Ministro Eros Grau, proferiu voto-vista deferindo a cautelar para suspender a eficácia do artigo 1º da Lei 9.648/98 e dos artigos 5º, 11 a 15 e 20 da Lei 9.637/98. Considerou quanto ao disposto nos artigos 21 a 23 da Lei como dotados de efeitos concretos, o que inviabilizaria a sua apreciação em sede de controle concentrado de constitucionalidade, deixando a análise dos citados artigos quando da apreciação do mérito da ADI. Posteriormente reconsiderou a decisão anterior de deferir em parte a cautelar para negar a liminar e aprofundar o seu voto quando do julgamento do mérito da Lei 9.637/98, visto a complexidade de se emitir a mesma (pelo tempo decorrido) quando não mais presente o "periculum in mora".

-Ministro Joaquim Barbosa acompanhou o voto-vista de Eros Grau (artigos 5º, 11 a 15 e 20 da Lei 9.637/98), com exceção do artigo 1º da Lei 9.637/98 onde não participou da votação por suceder o Ministro Moreira Alves.

-Ministro Ricardo Lewandowski votou, preliminarmente, deferindo a cautelar em relação ao artigo 1º da Lei nº 9.648/98.

-Ministro Gilmar Mendes, proferiu voto-vista, mas não participou da votação do artigo 1º da Lei 9.637/98, por suceder ao Ministro Néri da Silveira. Votou pelo indeferimento da medida cautelar em defesa do modelo gerencial do Estado, afirmando serem esses os novos pressupostos de um direito privado publicizado e constitucionalizado e de um direito público submetido à racionalidade próprias dos discursos do direito privado. Não vislumbrou nenhuma das inconstitucionalidades apontadas pelos requerentes.

-Ministro Moreira Alves votou indeferindo a cautelar quanto ao artigo 1º da Lei 9.637/98.

-Ministro Sepúlveda Pertence votou pelo indeferimento da liminar, quanto ao artigo 1º da Lei 9.637/98, acompanhando o Relator, em relação à prestação dos serviços de saúde e posteriormente acompanhou o Relator e o Ministro Gilmar Mendes na totalidade de seus votos indeferindo totalmente a medida liminar.

-Ministro Neri da Silveira, acompanhou o Relator pelo indeferimento da liminar, em relação à prestação dos serviços de saúde (artigo 1º da 9.637/98).

-Ministro Moreira Alves votou pela constitucionalidade do artigo 1º da Lei 9.637/98.

-Ministro Cezar Peluso votou pelo indeferimento da liminar, não vendo nenhuma inconstitucionalidade manifesta.

-Ministra Ellen Gracie (Presidente) votou pelo indeferimento da medida cautelar acompanhando o relator.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

-Ministro Marco Aurélio respaldou o seu voto no inciso XXI do artigo 37 da CF que obriga a administração a contratar, mediante tratamento isonômico todos os concorrentes, via procedimento licitatório. Aduz, também, que o artigo 14 da Lei, vislumbra a hipótese de se viabilizar mão-de-obra de servidor público nessa parceria, sem a licitação. Votou pelo deferimento da medida acauteladora em relação às duas Leis. Deixou para examinar no futuro as demais situações, após análise quanto ao funcionamento das organizações sociais já constituídas e que formalizaram atos em seu entendimento, à margem da Carta Federal.

Em 2011, em prosseguimento, quanto à inconstitucionalidade novos votos foram efetuados dos quais é de se destacar:

-Ministro Ayres Britto (Relator), julgou parcialmente procedente a ação direta, nos termos de seu voto.

-Ministro Luiz Fux, julgou parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme a Constituição, nos termos de seu voto, no entanto o Senhor Ministro Marco Aurélio em 19 de maio de 2011 pediu vista dos autos.

Dessa forma, inobstante os votos já realizados, fato é que a Lei 9.637/98, que dá sustentáculo inclusive ao presente projeto de lei, está em plena vigência, já que não houve ainda a análise de mérito por toda a Corte Suprema.

Importante ressaltar que com respaldo no documento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e em consonância com a Lei Nacional 9.637/98, que dispõe sobre a qualificação das Organizações Sociais, diversos Estados da Federação programaram seus próprios sistemas de gestão pública, por meio de organizações sociais com o devido suporte legal, tais como: Goiás (Lei 15.503/05), Santa Catarina (Lei 12.929/04), Sergipe (Lei 5.217/03), Bahia (Lei 8.647/03), Pernambuco (Lei 11.743/00), Distrito Federal (Lei 2.415/99), Espírito Santo (Lei Complementar nº 158/99), Maranhão (Lei 7.066/98), Ceará (Lei 12.781/97), Pará (Lei 5.980/96), Minas Gerais (Lei 14.870/03- OSCIP) e São Paulo (Lei Complementar nº 846/98). Também aprovada recentemente no Estado do Rio de Janeiro.

Esse modelo de gestão, é certo, caminha em passos lentos, vem sentindo os experimentos no âmbito nacional e em diversos Estados Federados. Não se pode cair na tentação do imediatismo, para não se correr riscos de cometer ilegalidades, inconstitucionalidades e desperdício do erário. Vários Estados ampliaram os debates através de audiências públicas, discussões jurídicas e fáticas, inclusive para que os cidadãos tenham a exata dimensão do assunto que está a se tratar.

Poder-se-ia cogitar de diversas situações aqui que levariam a debates infundáveis no âmbito da CCI, o que, certamente não é o caso, com base até na dita

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ação Direta de Inconstitucionalidade já em trâmite sobre o mesmo assunto e cuja decisão, fatalmente, refletirá sobre todas as leis estaduais existentes.

Há muitos que sugerem inconstitucionalidades sobre o tema por eventualmente infringir o artigo 37 da Constituição Federal, em seu inciso XIX, que prevê que "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)". Outra situação que muitos alegam, é sobre a forma de eleição da Organização Social para prestar o serviço público, já que o artigo 37, em seu inciso XXI prevê que "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."; inobstante a redação do artigo 24, XXIV da Lei 8666/93, que estabelece que é dispensável a licitação "para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)".

Ainda, outra inconstitucionalidade alegada, se refere à omissão do impacto das despesas de pessoal nas receitas do Estado, visto que a alínea c do inciso II do artigo 20 da LRF impõe o limite máximo de 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo. Assim posto, haveria omissão expressa de dispositivo legal a definir a forma de aferir o cômputo das despesas de pessoal. Inferre-se que as despesas, com os servidores públicos colocados a disposição da Organização Social e as despesas com os celetistas ou temporários que vierem a ser contratados pela OS, deverão ser computados para o cálculo do limite de gastos com pessoal, exigido pelo artigo 169 da Constituição Federal e regulamentado pelo artigo 18 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Também, dizem alguns, contrariar o artigo 9 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, importante ressaltar que o Tribunal de Contas da União, emitiu Acórdão no qual sugere que os processos de escolha das organizações sociais seja precedida de normas previamente emitidas pelo Poder Executivo.

Ressalte-se que vigora na Constituição Federal o princípio da PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE "IURIS TANTUM" (relativa). Isso quer dizer que até que seja declarada, presume-se que a norma é constitucional. Dessa forma, por tramitar no



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

âmbito do STF ação que questiona situações similares a que ora se discute e que fatalmente poderá repercutir no âmbito dos Estados Federados, é de se presumir constitucional a lei federal e por conseguinte o presente projeto de lei, até que o órgão máximo de controle da constitucionalidade emita decisão sobre o assunto.

Assim, por merecer debate pleno o assunto e em razão do princípio constitucional acima invocado, o presente Projeto de Lei deve tramitar pelas Comissões desta Casa e pelo Plenário, oportunidade inclusive, em que se poderá apresentar emendas ao Projeto ou mesmo ocorrer a sua rejeição, conforme entendimento do Douto Plenário.

No que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei para que prossiga em discussão pelas Comissões atinentes e pelo Douto Plenário, tendo em vista a presunção de sua constitucionalidade já admitida pelo Supremo Tribunal Federal.

Sala de Sessões, 29 de novembro de 2011

Nelson Justus

Presidente


Hermas Junior
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 915/2011

Autor: PODER EXECUTIVO

Súmula: DISPÕE SOBRE AS REGRAS PARA QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ, CUJAS FINALIDADES ESTATUTÁRIAS SEJAM ATINENTES ÀS ATIVIDADES E SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO, VEDADOS OS CASOS DE EXCLUSIVIDADE DO PODER PÚBLICO.

EMENTA: COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO PARA PROPOSITURA. DISCUSSÃO DA MATÉRIA NO ÂMBITO DO STF. CONSTITUCIONALIDADE PRESUMIDA. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dispor sobre as regras para qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Estado do Paraná, cujas finalidades estatutárias sejam atinentes às atividades e serviços prestados pelo Estado, vedados os casos de exclusividade do Poder Público; vale dizer, para os serviços públicos atinentes ao Ensino regular (fundamental, médio e superior) e à Segurança Pública.

Prevê o Projeto:

- todas as ações serão coordenadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, a qual incumbirá, após análise prévia da Pasta correspondente à finalidade da prestação de serviços, emitir parecer e exposição de motivos ao Chefe do Poder Executivo para indicar a entidade como Organização Social, o que ocorrerá através de Decreto específico do Poder Executivo. No mesmo passo, cabe à Secretaria do Planejamento a apreciação dos relatórios das atividades da Comissão de Avaliação e Fiscalização da execução dos contratos de gestão entabulados.

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

Concedido Vistas
Senhor Deputado
<i>José Deputado</i>
Em, 29, 11, 2011
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- os requisitos específicos para que as pessoas jurídicas habilitem-se à qualificação como Organização Social, tanto no que toca à regularidade jurídica, como no que toca à estrutura básica para exercer as atividades afetas à sua finalidade.
- as formas de desqualificação da entidade como organização social, o que dá causa à rescisão do contrato de gestão e sobre procedimentos administrativos a serem instaurados pela Secretaria da área correspondente para apreciar eventuais irregularidades.
- a elaboração do contrato de gestão, o qual deve se dar em atenção aos Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, bem como discriminar todas as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público Estadual e da Organização Social.
- prévia convocação pública das organizações sociais, via Diário Oficial do Estado, as quais poderão apresentar seus planos de trabalho. —
- forma de execução do contrato de gestão a ser supervisionado pelo Secretário de Estado da Pasta envolvida, cujos resultados serão avaliados em período não superior a 6 meses por uma Comissão de Avaliação e Fiscalização composta por dois servidores públicos efetivos e dois integrantes indicados pela sociedade civil organizada.
- em caso de risco na execução das obrigações, o Estado assumirá a execução dos serviços, para garantir sua continuidade e a possibilidade de intervenção estatal na Organização Civil.
- destinação de recursos orçamentários, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato e eventualmente, a permissão de uso de bens públicos móveis ou imóveis para cumprimento do contrato de gestão.
- legitimidade de qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical para denunciar irregularidades à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas, o qual terá por incumbência a análise das contas das Organizações Sociais.
- prazo para a Organização Social publicar na imprensa e Diário Oficial do Estado regulamento próprio contendo procedimentos que adotará na contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público
- Incumbência do Poder Executivo regulamentar a lei por decreto.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa dos projetos de lei apresentados para votação nesta Casa.

Nesta seara, passamos à análise detalhada do Presente Projeto de Lei.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art.65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87.

Vislumbra-se, dessa forma, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Como se disse inicialmente, o Projeto de Lei 915/2011 versa sobre tema relativamente novo na gestão pública brasileira que é a utilização do conceito de "Organizações Sociais", aplicando-o em todas as áreas da administração pública, exceto educação e segurança.

Inicialmente, relevante ressaltar que o conceito de gestão no Brasil vem sendo discutido desde a edição do "Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado", que se deu pela Medida Provisória nº 1.591 de setembro de 1997, convertida na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que criou o Programa Nacional de Publicização. O citado conceito foi introduzido pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, por proposta do então Ministro Bresser Pereira e com crescente adoção pelos Estados membros, até a presente data.

Os conceitos básicos, de forma sintética, definidos pelo idealizador da Reforma do Estado, Bresser Pereira, podem ser resumidos em delimitação das

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hernas Jr - 3, Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hernasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

funções do Estado, redução da interferência do Estado ao efetivamente necessário, aumento da governança do Estado, aumento da Governabilidade. Vale dizer, para o terceiro setor, pela proposta, foi definida a publicização, que pode ser entendida como a transferência da execução de serviços até então prestados pelo Estado, como os de saúde, cultura e pesquisa científica, para o setor público não-estatal.

A proposta partia da premissa de que o terceiro setor poderia prover os serviços de forma mais eficiente que o Estado, especialmente em relação às camadas mais carentes da população, bem como, de forma mais versátil.

Em 23 de abril de 1998, foi editada a Medida Provisória nº 1.648-7 editada originalmente sob o nº 1.591, de 09 de outubro de 1997 com o texto que veio a se transformar na Lei Nacional nº 9637/98, de 15 de maio de 1998, que previa a organização social como uma qualificação atribuída pelo Poder Público a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos.

Com a edição da lei, foi proposta Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, de n. 1923-MC/DF, contra a Lei nº 9637/98 (Organização Social) e, também contra o inciso XXIV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 (Licitações e Contratos), com a redação conferida pela Lei nº 9.648/98 de 27 de maio de 1998, que "Altera dispositivos das Leis nºs 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.937, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 07 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELÉTROBRAS e de suas subsidiárias e dá outras providências". Foi designado relator o Ministro Carlos Britto, no tocante ao mérito, que veio a substituir o Ministro Ilmar Galvão. A liminar foi julgada pelo Pleno e indeferida em 01º de agosto de 2007 transcorridos 8 (oito) anos e 8 (oito) meses, período em que vários Estados aprovaram pelo menos 9 (nove) Leis similares.

Permito-me aqui relatar os votos dos ministros, para perfeito entendimento da matéria:

-Ministro Ilmar Galvão (Relator) - votou indeferindo o pedido de liminar e afastou todas as alegações de inconstitucionalidade das normas impugnadas.

-Ministro Nelson Jobim, proferiu voto-vista em que acompanhou o relator (Ilmar Galvão) no indeferimento da liminar. Aduziu, ainda que a Lei 9.637/98 foi sancionada em 15 de maio de 1998 antecedendo a Reforma Administrativa efetivada pela EC 19, de 4 de junho de 1998 que ao incluir o parágrafo 8º, no artigo 37, da CF, possibilitou a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, a ser realizada mediante contrato de gestão.

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

-Ministro Eros Grau, proferiu voto-vista deferindo a cautelar para suspender a eficácia do artigo 1º da Lei 9.648/98 e dos artigos 5º, 11 a 15 e 20 da Lei 9.637/98. Considerou quanto ao disposto nos artigos 21 a 23 da Lei como dotados de efeitos concretos, o que inviabilizaria a sua apreciação em sede de controle concentrado de constitucionalidade, deixando a análise dos citados artigos quando da apreciação do mérito da ADI. Posteriormente reconsiderou a decisão anterior de deferir em parte a cautelar para negar a liminar e aprofundar o seu voto quando do julgamento do mérito da Lei 9.637/98, visto a complexidade de se emitir a mesma (pelo tempo decorrido) quando não mais presente o "periculum in mora".

-Ministro Joaquim Barbosa acompanhou o voto-vista de Eros Grau (artigos 5º, 11 a 15 e 20 da Lei 9.637/98), com exceção do artigo 1º da Lei 9.637/98 onde não participou da votação por suceder o Ministro Moreira Alves.

-Ministro Ricardo Lewandowski votou, preliminarmente, deferindo a cautelar em relação ao artigo 1º da Lei nº 9.648/98.

-Ministro Gilmar Mendes, proferiu voto-vista, mas não participou da votação do artigo 1º da Lei 9.637/98, por suceder ao Ministro Néri da Silveira. Votou pelo indeferimento da medida cautelar em defesa do modelo gerencial do Estado, afirmando serem esses os novos pressupostos de um direito privado publicizado e constitucionalizado e de um direito público submetido à racionalidade próprias dos discursos do direito privado. Não vislumbrou nenhuma das inconstitucionalidades apontadas pelos requerentes.

-Ministro Moreira Alves votou indeferindo a cautelar quanto ao artigo 1º da Lei 9.637/98.

-Ministro Sepúlveda Pertence votou pelo indeferimento da liminar, quanto ao artigo 1º da Lei 9.637/98, acompanhando o Relator, em relação à prestação dos serviços de saúde e posteriormente acompanhou o Relator e o Ministro Gilmar Mendes na totalidade de seus votos indeferindo totalmente a medida liminar.

-Ministro Neri da Silveira, acompanhou o Relator pelo indeferimento da liminar, em relação à prestação dos serviços de saúde (artigo 1º da 9.637/98).

-Ministro Moreira Alves votou pela constitucionalidade do artigo 1º da Lei 9.637/98.

-Ministro Cezar Peluso votou pelo indeferimento da liminar, não vendo nenhuma inconstitucionalidade manifesta.

-Ministra Ellen Gracie (Presidente) votou pelo indeferimento da medida cautelar acompanhando o relator.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

-Ministro Marco Aurélio respaldou o seu voto no inciso XXI do artigo 37 da CF que obriga a administração a contratar, mediante tratamento isonômico todos os concorrentes, via procedimento licitatório. Aduz, também, que o artigo 14 da Lei, vislumbra a hipótese de se viabilizar mão-de-obra de servidor público nessa parceria, sem a licitação. Votou pelo deferimento da medida acauteladora em relação às duas Leis. Deixou para examinar no futuro as demais situações, após análise quanto ao funcionamento das organizações sociais já constituídas e que formalizaram atos em seu entendimento, à margem da Carta Federal.

Em 2011, em prosseguimento, quanto à inconstitucionalidade novos votos foram efetuados dos quais é de se destacar:

-Ministro Ayres Britto (Relator), julgou parcialmente procedente a ação direta, nos termos de seu voto.

-Ministro Luiz Fux, julgou parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme a Constituição, nos termos de seu voto, no entanto o Senhor Ministro Marco Aurélio em 19 de maio de 2011 pediu vista dos autos.

Dessa forma, inobstante os votos já realizados, fato é que a Lei 9.637/98, que dá sustentáculo inclusive ao presente projeto de lei, está em plena vigência, já que não houve ainda a análise de mérito por toda a Corte Suprema.

Importante ressaltar que com respaldo no documento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e em consonância com a Lei Nacional 9.637/98, que dispõe sobre a qualificação das Organizações Sociais, diversos Estados da Federação programaram seus próprios sistemas de gestão pública, por meio de organizações sociais com o devido suporte legal, tais como: Goiás (Lei 15.503/05), Santa Catarina (Lei 12.929/04), Sergipe (Lei 5.217/03), Bahia (Lei 8.647/03), Pernambuco (Lei 11.743/00), Distrito Federal (Lei 2.415/99), Espírito Santo (Lei Complementar nº 158/99), Maranhão (Lei 7.066/98), Ceará (Lei 12.781/97), Pará (Lei 5.980/96), Minas Gerais (Lei 14.870/03- OSCIP) e São Paulo (Lei Complementar nº 846/98). Também aprovada recentemente no Estado do Rio de Janeiro.

Esse modelo de gestão, é certo, caminha em passos lentos, vem sentindo os experimentos no âmbito nacional e em diversos Estados Federados. Não se pode cair na tentação do imediatismo, para não se correr riscos de cometer ilegalidades, inconstitucionalidades e desperdício do erário. Vários Estados ampliaram os debates através de audiências públicas, discussões jurídicas e fáticas, inclusive para que os cidadãos tenham a exata dimensão do assunto que está a se tratar.

Poder-se-ia cogitar de diversas situações aqui que levariam a debates infundáveis no âmbito da CCJ, o que, certamente não é o caso, com base até na dita

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ação Direta de Inconstitucionalidade já em trâmite sobre o mesmo assunto e cuja decisão, fatalmente, refletirá sobre todas as leis estaduais existentes.

Há muitos que sugerem inconstitucionalidades sobre o tema por eventualmente infringir o artigo 37 da Constituição Federal, em seu inciso XIX, que prevê que "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)". Outra situação que muitos alegam, é sobre a forma de eleição da Organização Social para prestar o serviço público, já que o artigo 37, em seu inciso XXI prevê que "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."; inobstante a redação do artigo 24, XXIV da Lei 8666/93, que estabelece que é dispensável a licitação "para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)".

Ainda, outra inconstitucionalidade alegada, se refere à omissão do impacto das despesas de pessoal nas receitas do Estado, visto que a alínea c do inciso II do artigo 20 da LRF impõe o limite máximo de 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo. Assim posto, haveria omissão expressa de dispositivo legal a definir a forma de aferir o cômputo das despesas de pessoal. Infere-se que as despesas, com os servidores públicos colocados a disposição da Organização Social e as despesas com os celetistas ou temporários que vierem a ser contratados pela OS, deverão ser computados para o cálculo do limite de gastos com pessoal, exigido pelo artigo 169 da Constituição Federal e regulamentado pelo artigo 18 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Também, dizem alguns, contrariar o artigo 9 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, importante ressaltar que o Tribunal de Contas da União, emitiu Acórdão no qual sugere que os processos de escolha das organizações sociais seja precedida de normas previamente emitidas pelo Poder Executivo. •

Ressalte-se que vigora na Constituição Federal o princípio da PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE "IURIS TANTUM" (relativa). Isso quer dizer que até que seja declarada, presume-se que a norma é constitucional. Dessa forma, por tramitar no

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80.530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

âmbito do STF ação que questiona situações similares a que ora se discute e que fatalmente poderá repercutir no âmbito dos Estados Federados, é de se presumir constitucional a lei federal e por conseguinte o presente projeto de lei, até que o órgão máximo de controle da constitucionalidade emita decisão sobre o assunto.

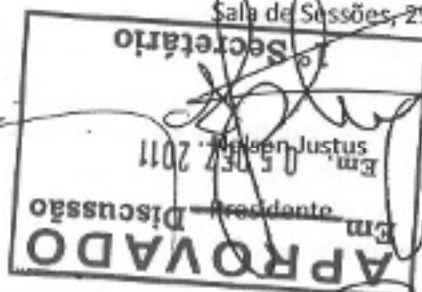
Assim, por merecer debate pleno o assunto e em razão do princípio constitucional acima invocado, o presente Projeto de Lei deve tramitar pelas Comissões desta Casa e pelo Plenário, oportunidade inclusive, em que se poderá apresentar emendas ao Projeto ou mesmo ocorrer a sua rejeição, conforme entendimento do Douto Plenário.

No que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei para que prossiga em discussão pelas Comissões atinentes e pelo Douto Plenário, tendo em vista a presunção de sua constitucionalidade já admitida pelo Supremo Tribunal Federal.

Sala de Sessões, 29 de novembro de 2011



Hermas Junior
Relator

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Geb. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

